



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VII - GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

ALDENICE ANGELO FERREIRA DA SILVA

**ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA  
REFERENTE AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA  
NA CIDADE DE TUPARETAMA-PE**

PATOS-PB  
2018

ALDENICE ANGELO FERREIRA DA SILVA

**ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA  
REFERENTE AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA  
NA CIDADE DE TUPARETAMA-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Área de concentração:** Políticas Públicas

**Orientador:** Prof. Msc. Felipe César da Silva Brito

PATOS-PB  
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Aldenice Angelo Ferreira da.  
O estado de bem-estar social: [manuscrito] : uma avaliação da política pública referente ao programa bolsa família na cidade de Tuparetama/PE. / Aldenice Angelo Ferreira da Silva. - 2018.  
74 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2018.  
"Orientação : Prof. Me. Felipe César da Silva Brito ,  
Coordenação do Curso de Ciências Exatas - CCEA."  
1. Políticas públicas. 2. Distribuição de renda. 3. Programa social. 4. Bolsa Família. I. Título

21. ed. CDD 361.6

ALDENICE ANGELO FERREIRA DA SILVA

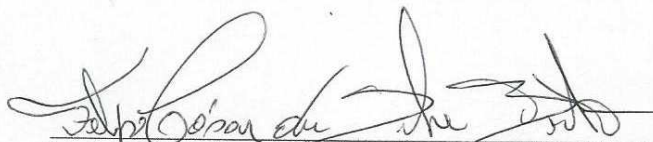
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA  
REFERENTE AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA  
NA CIDADE DE TUPARETAMA-PE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Administração da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em  
Administração.

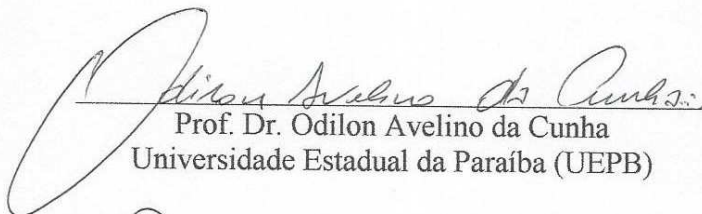
Área de concentração: Políticas Públicas

Aprovada em: 28/11/2018.

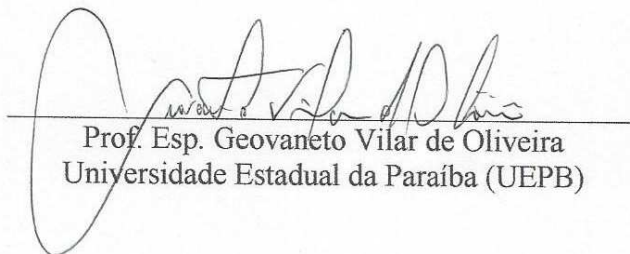
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Msc. Felipe César da Silva Brito (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Odilon Avelino da Cunha  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Geovaneto Vilar de Oliveira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



A Deus primeiramente, por ter me sustentado até aqui, dando-me entendimento, força e coragem para superar as dificuldades.

A minha mãe e ao meu pai (in memoriam), pela dedicação, companheirismo, carinho e apoio durante momentos vividos até aqui.

A meu esposo, pelo carinho, amor, paciência, e por estar sempre ao meu lado me incentivando a não desistir, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pela dádiva da vida e por todas as graças concedidas durante minha trajetória até aqui.

Ao professor Felipe César pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação e presteza quando precisei de sua ajuda.

Ao meu pai João Batista (*in memoriam*), por sempre ter me incentivado a fazer um curso superior e por seus conselhos e ensinamentos até o último dia de sua vida.

A minha mãe Marenilda pelo cuidado, amor, carinho e palavras de incentivo em momentos difíceis vivenciados durante o curso.

A meus irmãos Alcineide, Alcione e Antônio José, por estarem ao meu lado sempre que precisei.

A meu esposo Adilson Tiago pelo carinho, amor, paciência, e por sempre me apoiar nas minhas decisões.

Aos colegas de classe Manuel Messias, Isabel Silva, Aécivaldo Perônico, Jeane Coeli, José Emanuel e Aluska Guedes pelos momentos de amizade e apoio.

Aos professores do Curso de Administração da UEPB, que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

E a todos que contribuíram de alguma forma para minha formação o meu agradecimento.

## RESUMO

As políticas públicas constituem-se como uma importante ferramenta que o estado utiliza para enfrentamento de problemas de ordem pública. A avaliação de tais políticas possibilita a percepção dos impactos e a importância de sua aplicação para a geração de benefícios sociais. O interesse pela pesquisa partiu de uma experiência de trabalho da pesquisadora atuando como entrevistadora do Programa Bolsa Família na cidade de Tuparetama/PE. Deste modo, o presente estudo busca avaliar se: A Política Pública Bolsa Família consegue gerar melhorias na qualidade de vida dos beneficiários da cidade de Tuparetama/PE a ponto de alcançar o estado de bem-estar social? Para tanto foi analisado o ponto de vista dos beneficiários, da coordenadora do programa no município e dos comerciantes do ramo de supermercados. Para isso, a análise de resultados foi dividida em quatro perspectivas: influências do PBF na área de saúde; influências do PBF na área de educação; influências do PBF na segurança alimentar das famílias; e influências econômicas e sociais do PBF. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa do tipo descritiva, envolve a investigação a partir de documentos, cujos dados foram coletados a partir de uma entrevista com a coordenadora do programa e dois questionários, um aplicado com os beneficiários e outro aplicado com os comerciantes do ramo de supermercados. Os dados demonstram que houve avanços do programa quanto à promoção do estado de bem-estar social e impactos socioeconômicos significativos quanto a redução da extrema pobreza e distribuição de renda no município. Contudo, espera-se que a política continue alcançando as famílias que dela precisarem e que a partir dessa política, as famílias tenham acesso a uma melhor qualidade de vida e a direitos essenciais para o exercício da cidadania.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas. Distribuição de Renda. Programa Social. Bolsa Família.

## ABSTRACT

Public policies constitute an important tool that the state uses to deal with problems of public order. The evaluation of such policies enables the perception of the impacts and the importance of their application to the generation of social benefits. The interest in the research was based on a work experience of the researcher acting as an interviewer of the Bolsa Família Program in the city of Tuparetama/PE. Thus, the present study seeks to assess whether: Does the Bolsa Família Public Policy achieve improvements in the quality of life of the beneficiaries of the city of Tuparetama/PE to reach the state of social well-being? For that purpose, the point of view of the beneficiaries, the coordinator of the program in the municipality and the supermarket merchants was analyzed. For this, the analysis of results was divided in four perspectives: influences of the PBF in the health area; influences of the PBF in the area of education; influences of the PBF on household food security; and economic and social influences of the PBF. This is a qualitative and quantitative research of the descriptive type, involving research from documents, whose data were collected from an interview with the coordinator of the program and two questionnaires, one applied with the beneficiaries and the other applied with the merchants of the supermarket industry. The data show that there have been advances in the program regarding the promotion of social welfare and significant socioeconomic impacts regarding the reduction of extreme poverty and income distribution in the municipality. However, it is hoped that the policy will continue to reach families who need it and that from this policy, families will have access to a better quality of life and rights essential to the exercise of citizenship.

Keywords: Public Policies. Income distribution. Social program. Bolsa Família.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Redução da fome no mundo entre 2002 e 2014.....	31
Gráfico 2- Participação percentual do setor terciário (comércio e serviços) no valor adicionado - 2003 a 2016.....	39
Gráfico 3- Empregos por atividade formal em Tuparetama/PE.....	42
Gráfico 4- Frequência das crianças e jovens na escola antes e depois do PBF.....	49
Gráfico 5- Acompanhamento da saúde antes e depois do PBF.....	51
Gráfico 6- Frequência de três refeições diárias durante os sete dias antes e depois do PBF.....	53

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Benefícios variáveis do PBF (até cinco por família).....	25
Quadro 2- Variação do PIB segundo trimestre 2018.....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONDEPE	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orçamentária da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

## LISTA DE SÍMBOLOS

R\$ Real

% Porcentagem



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 CAPÍTULO I: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO CONTEXTO DO BOLSA FAMÍLIA</b> .....	14
1.1 O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL NA PERSPECTIVA DE KEYNES.....	14
1.2 BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL.....	16
1.3 BOLSA FAMÍLIA: FUNCIONALIDADE, LINHAS DE ATENDIMENTO E IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	23
1.4 O BRASIL E A MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE AS REGIÕES.....	33
FUNCIONALIDADE E IMPORTÂNCIA DO SETOR TERCIÁRIO.....	37
<b>2 CAPÍTULO II: METODOLOGIA</b> .....	44
2.1 TIPO DE PESQUISA.....	44
2.2 UNIVERSO DE ANÁLISE.....	44
2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	45
2.4 PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS.....	46
<b>3 CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> .....	47
3.1 DADOS GERAIS DOS ENTREVISTADOS.....	47
3.2 INFLUÊNCIAS DO PBF NA ÁREA DE EDUCAÇÃO.....	48
3.3 INFLUÊNCIAS DO PBF NA ÁREA DE SAÚDE.....	50
3.4 INFLUÊNCIAS DO PBF NA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS.....	52
3.5 INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PBF.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	62
<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM BENEFICIÁRIOS DO PBF</b> .....	68
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM COMERCIANTES DO RAMO DE SUPERMERCADOS</b> .....	71
<b>APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PBF DE TUPARETAMA/PE</b> .....	72

## INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas têm se tornado uma importante ferramenta de atuação do Estado para o enfrentamento a problemas públicos. No âmbito social, as políticas públicas têm mostrado sua expansão e avanços nos últimos anos, conseguindo diminuir os efeitos das desigualdades econômico/sociais, promovendo avanços significativos no bem-estar social das famílias brasileiras.

De acordo com a Caixa Econômica Federal (2018) o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade. Tendo como principais objetivos: a) combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; b) combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; e c) promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Segundo informações da CAIXA (2018), para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de 2 anos.

O Bolsa Família apresenta-se como uma política social que tem crescido nos últimos anos, onde por meio de uma transferência direta de recursos oferece condições as famílias pobres e extremamente pobres superar as vulnerabilidades sociais e buscar uma melhor qualidade de vida. Possibilita também o acesso a direitos e incentiva a frequência das crianças em instituições de ensino e maior procura por serviços na área de saúde.

Devido à crescente atuação do programa e os impactos gerados a partir de sua criação, buscou-se avaliar se: a Política Pública Bolsa Família consegue gerar melhorias na qualidade vida dos beneficiários da cidade de Tuparetama/PE a ponto de alcançar o estado de bem-estar social?

Partindo da problemática escolhida, a pesquisa apresenta o seguinte objetivo geral: Abordar o Estado de Bem-Estar Social, avaliando os impactos da política pública do Bolsa Família na cidade de Tuparetama/PE. E como objetivos específicos: (a) Analisar os impactos econômicos/sociais do programa Bolsa Família; (b) Esclarecer o estado de bem estar social; e (c) Verificar quantitativamente o impacto no comércio local.

O trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo discorrerá sobre as políticas públicas no estado de bem-estar social no contexto do bolsa família e está dividido

em cinco tópicos: o estado de bem estar social na perspectiva de Keynes; Breve histórico e caracterização dos programas sociais no Brasil; Bolsa Família: funcionalidade, linhas de atendimento e impactos econômicos e sociais; O Brasil e a má distribuição de renda entre as regiões; e a Funcionalidade e importância do setor terciário. No segundo capítulo será descrito a metodologia utilizada para a realização deste estudo; e no terceiro capítulo os principais resultados e análise de conteúdo.

# 1 CAPÍTULO I: AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

## 1.1 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NA PERSPECTIVA DE KEYNES

Em meados da década de trinta com a grande depressão que atingiu diversos países e ocasionou problemas como desemprego, fome e miséria, agravando assim os problemas sociais, surge o estado de bem-estar social. Através de ações intervencionistas, sob orientações do modelo Keynesiano, o estado atuaria tanto em políticas econômicas como sociais. Segundo Santos (2014, p.34):

Em vez de um mercado livre e altamente competitivo – o *laissez-faire*, que predominara até o início do século XX, nas economias ocidentais, e dera origem a graves crises, como o *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929 –, Keynes propunha o planejamento econômico a partir do Estado. O Estado deveria fazer investimentos públicos na produção para garantir o pleno emprego.

Nesta perspectiva, Keynes acreditava que a mão invisível sozinha não era capaz de regular as leis de mercado, como defendia o Estado Liberal, cabendo ao Estado intervir através de ações que coordenasse o desenvolvimento econômico e social. Se todos trabalhassem, haveria renda para que todos consumissem, o que também contribuiria para uma melhoria na qualidade de vida e bem estar social.

Além da implementação de políticas públicas voltadas para intervenção nas leis de mercado, o Estado também tinha um papel fundamental de assegurar um patamar mínimo de igualdade social e cidadania. O modelo do Estado de Bem-estar Social, segundo Coelho (2014) “sucede o Estado liberal, intervindo por meio de políticas públicas no mercado a fim de assegurar aos seus cidadãos um patamar mínimo de igualdade social e um padrão mínimo de bem-estar”. De acordo com Santos (2014, p.33):

O Estado de Bem-Estar Social pode ser definido como aquele que assume a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando ou regulando fortemente sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo a renda, em caso de desemprego.

No modelo keynesiano, o estado é o ator principal no processo de mudança política, econômica e social. Por meio do estado de bem-estar social e de suas premissas os agentes governamentais devem intervir através de políticas públicas que sejam capazes de condicionar

uma melhoria na qualidade de vida da população, assegurando-lhes o acesso a direitos básicos como saúde, educação, previdência e assistência social.

Em decorrência das graves crises econômicas do sistema capitalista, regidos por pensamentos liberais, embora apresentando resistências, diversos países passaram a defender a intervenção do estado e adotaram as ideias keynesianas. Conforme Coelho (2014, p.89):

Com o New Deal (literalmente, “novo acordo”), Roosevelt colocou o Estado americano, a partir da sua posse em 1932, na condição de promotor do desenvolvimento econômico nacional e do bem-estar social. No Brasil, a partir da mesma década, Getúlio Vargas – por meio de uma ditadura – começou a aparelhar o Estado brasileiro para intervir na regulação da vida econômica e social dos brasileiros e promover o desenvolvimento nacional.

No Brasil, a implementação do estado de bem-estar social diferentemente de países desenvolvidos como os Estados Unidos encontraria algumas dificuldades. À medida que o estado intervia em políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da população também tinha que promover o desenvolvimento industrial e a urbanização, devido o país ter um histórico de desenvolvimento relacionado à produção de bens primários e a exportação agrícola. Desta forma Freitas (2005) esclarece:

A partir da década de 1930, o Brasil começa a apresentar mudanças, tanto econômica com a mudança de seu modelo de desenvolvimento econômico – passando de um modelo agrário exportador para um modelo urbano industrial – quanto uma mudança política com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder – um o Estado de caráter populista. É nesse contexto de mudanças que se começam a desenvolver as primeiras políticas sociais no Brasil, com o surgimento de um moderno Estado de Bem-Estar Social.

Durante o período da ditadura, Vargas estando à frente da política do país durante quinze anos desenvolveu diversas iniciativas de proteção social, acesso a direitos e políticas econômicas, o que provocou mudanças substanciais na estrutura ocupacional da população e na sua alocação entre setores econômicos envolvendo ações direcionadas à agricultura, indústria e serviços.

O ponto seguinte apresentará um breve histórico do surgimento das políticas públicas sociais no Brasil a partir da implementação do Estado de Bem-Estar Social. Abordando os programas sociais existentes e que já existiram, bem como os objetivos que os pautava e os impactos gerados por meio de sua implementação.

## 1.2 BREVE HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL

Os programas sociais constituem-se um conjunto de ações da esfera governamental para atender problemas e demandas sociais existentes, onde por meio de políticas públicas, o estado atua como representante social e agente de mudança, porém não existe uma definição exata do que vem a ser de fato uma política pública.

Sob várias linhas de pensamento a respeito do que vem a ser de fato definido como política pública, Mead (1995), a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue a mesma linha: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Ainda de acordo com Secchi (2013), “Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

Muito embora haja definições diferentes do que de fato vem a ser uma política pública, os autores apresentam conceitos que se complementam. Nas definições de políticas públicas apresentadas percebe-se a presença do governo enquanto provedor de ações que estão voltadas para benefícios e impactos sociais, podendo assim perceber que as políticas públicas existem de fato para atender as demandas sociais existentes, se não existisse problemas sociais também não existiria políticas públicas.

As Políticas Públicas podem ser classificadas em tipos, que dependem subjetivamente do autor estudado. Leonardo Secchi (2013), em sua obra cita como por exemplo, as classificações de: LOWI, T. (1964), GORMLEY (1986), WILSON, J. (1983), GUSTAFSSON (1983), BOZEMAN E PANDEY (2004). Neste sentido, a tipologia é uma forma de interpretar e analisar um fenômeno baseado em variáveis e categorias complexas.

Tomando como exemplo de tipologias, Lowi *apud* SECCHI (2013), pautou sua análise no impacto esperado na sociedade e dividiu em quatro os tipos de políticas públicas: 1) Políticas Regulatórias: estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. Um exemplo desse tipo são as regras às quais todos se submetem diariamente como são as normas de trânsito; 2) Políticas Distributivas: geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a sociedade. Um exemplo desse tipo é a gratuidade para certos serviços públicos; 3) Políticas redistributivas: concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. Exemplo desse tipo são as cotas raciais para

universidades; 4) Políticas constitutivas: aquelas que definem as competências, jurisdições, regras de disputa política e da elaboração de políticas públicas como, por exemplo, as regras de distribuição de competências dentro das esferas do poder.

Deste modo, de acordo com a tipologia de Lowi *apud* SECCHI (2013), percebe-se que as políticas públicas podem ser elaboradas e direcionadas para determinados públicos alvo, ou para a solução de um problema específico, possuindo custos e benefícios concentrados ou distribuídos para determinadas classes da sociedade, a depender do fim para qual foi criada e direcionada.

A tipologia de Gormley *apud* Secchi (2013), inova na medida em que constrói suas categorias de conteúdo, destacando o grau de impacto nas pessoas (se afeta alto número de pessoas) e o grau de complexidade (em relação ao conhecimento necessário à sua elaboração). Essas variáveis criam quatro tipos que interferem diretamente no comportamento dos atores, nas escolhas dos mecanismos de tomada de decisão e na definição das arenas decisórias. Algumas terão conteúdo de elevado apelo popular, podendo ser de alta complexidade (sala operatória – licenciamento de medicamentos) ou baixa (política de audiência – cotas raciais); outras serão classificadas como de pouco interesse popular e podem ser de complexa elaboração (sala de reuniões – pacotes de reforma administrativa) ou simples (baixo escalão – regulação da prestação de informações a órgãos públicos).

A partir da saliência ou relevância Gormley *apud* SECCHI (2013), apresenta o quão visível e importante pode ser uma policy para a sociedade, e o impacto desta na vida das pessoas. Os policymakers tem o papel fundamental de identificar os problemas públicos de cunho social e buscar formas de fazer uma política eficaz, que atenda aos anseios populares, alcançando o fim para qual foi criada e direcionada.

Wilson *apud* SECCHI (2013), adota o critério da distribuição dos custos e benefícios concentrados e distribuídos da *policy*<sup>1</sup>, criando assim quatro categorias que apresentam e explicam essa tipologia. Assim, as políticas são do tipo: 1) Clientelista, onde os benefícios são concentrados em certos grupos e os custos são distribuídos para toda a sociedade. A exemplo de subsídios dados pelo governo em algumas áreas, onde toda sociedade arca com o custo para que alguns grupos se beneficiem; 2) Políticas de grupos de interesse, propõem que tanto os custos como os benefícios são concentrados sob determinados grupos. Tomando como exemplo a reforma agrária, onde o objetivo é a redistribuição de terras, gerando benefícios para camadas sociais; 3) Política Empreendedora, estabelece que os benefícios são coletivos e

---

<sup>1</sup> Política segundo SECCHI (2013).

os custos ficam concentrados em algumas categorias. Pode ser citado como exemplo as políticas ambientais, onde empresas devem se adaptar a este modelo e toda a sociedade irá se beneficiar pela adoção de práticas sustentáveis de preservação ambiental. 4) Políticas Majoritárias, são aquelas em que os custos e benefícios são distribuídos para a coletividade, a exemplo de políticas nas áreas de saúde, educação e segurança, onde toda a sociedade é beneficiada, e ao mesmo tempo todos arcam com os custos.

Deste modo, a tipologia de Wilson leva em consideração a quem a política irá beneficiar e quem será responsável por custear tal iniciativa. Em algumas situações certos grupos irão ter custos, porém não se beneficiarão, como também haverá políticas de interesse comum, onde ambos os grupos irão ter custos e benefícios advindos da implementação da policy.

A tipologia de Gustafsson *apud* SECCHI (2013), sugere a divisão das políticas quanto à intenção dos governantes em implementar a policy, e a disponibilidade de conhecimento que os mesmos têm para a formalização e implementação da política. Seguindo estes critérios, é apresentado quatro tipos de políticas: 1) Políticas Reais, são aquelas que os *policymakers*<sup>2</sup> possuem a intenção de efetivar tal policy e são dotados dos conhecimentos necessários para implementação; 2) Políticas Simbólicas, são aquelas que os governantes mesmo tendo os conhecimentos necessários para efetivação, não tem interesse de fazê-la; 3) Pseudopolíticas, são aquelas em que o *policymaker* tem a intenção e gostaria de implementar tal política, porém não é dotado de conhecimentos e habilidades necessárias para a estruturação adequada e efetivação da policy. 4) Política sem sentido, são aquelas em que os governantes não pretendem implementar, nem possuem conhecimentos necessários, sendo utilizadas geralmente em discursos políticos, não havendo fundamentos que as justifique e conhecimentos técnicos.

Gustafsson *apud* SECCHI (2013), pauta sua tipologia nos conhecimentos e interesses dos *policymakers* em implementar as políticas públicas, apresentando uma reflexão à cerca do quão complexo é o processo de planejamento e implementação de uma policy. Os governantes muitas vezes não dispõem de conhecimentos necessários e precisam recorrer a terceiros para que seja planejado e analisado a viabilidade, os impactos, os custos e os benefícios de tais políticas. Outros *policymakers* enxergam o problema mais não tem interesse de procurar possíveis soluções, há também os que anunciam possíveis políticas em campanhas eleitorais, para atrair a atenção e voto de determinadas camadas sociais; quando

---

<sup>2</sup> Formuladores de políticas SECCHI (2013).



eleitos, não têm interesse de colocar tais propostas na agenda política para uma possível concretização futura.

Bozeman e Pandey *apud* Secchi (2013), buscam distinguir as políticas públicas sobre as variáveis: conteúdo técnico e conteúdo político. As políticas públicas de conteúdo técnico apresentam poucos conflitos com relação aos objetivos e ao ordenamento dos objetivos, carecendo de um pessoal capacitado para sua implementação. A exemplo da política financeira, que é uma área complexa e que envolve diversas variáveis e podem causar impactos socioeconômicos tanto positivos como negativos. Se tratando das políticas públicas com conteúdo político, apresentam conflitos relevantes quanto ao estabelecimento de objetivos e ordenamentos desses. Esses conflitos envolvem embates da sociedade com o gestor, uma vez que algumas categorias podem ser prejudicadas com a implementação de tal política, gerando um conflito de interesses.

Com base nas perspectivas apresentadas nas Tipologias de Lowi, Gourmley, Wilson, Gustafsson, Bozeman e Pandey percebe-se que há interpretações diferentes com relação a como funcionam as políticas públicas. Os autores desenvolveram tipologias diferentes, abordando variáveis distintas para assim explicar a complexidade de se fazer uma política pública e os aspectos que devem ser levados em consideração no planejamento e implementação de tais políticas.

No Brasil, as ações governamentais voltadas para atuar no combate a problemas públicos e desigualdades sociais apresentaram-se sob várias óticas em diferentes períodos da história. No governo de Getúlio Vargas iniciou-se a preocupação com o bem estar social e anos mais tarde por meio da Constituição de 1988 foi colocado efetivamente a assistência social no campo das políticas públicas.

As políticas na área social brasileira desde o período colonial se desenvolveram por meio de ações fragmentadas, onde o estado pouco intervia. Até então as ações sociais ficavam sob a responsabilidade de irmandades religiosas, das sociedades de auxílio mútuo e das Santas Casas de Misericórdia. No governo de Getúlio Vargas, em meados da década de 1930 a intervenção do estado em políticas sociais apresentou-se com mais notoriedade e de forma mais acentuada.

Sob um novo olhar para os direitos sociais, Vargas passa a tomar algumas medidas em relação à classe trabalhadora urbana, devido o grande processo de industrialização e as demandas por intervenções para conter problemas causados pela nova realidade econômica e social. A intensa migração das pessoas do campo para a cidade culminaram em um crescimento desordenado das cidades, onde muitas pessoas viviam em condições precárias e o

trabalho nas indústrias, muitas vezes não lhes oferecia garantias de estabilidade. Conforme Farias (2011) dentre as medidas tomadas pelo governo Vargas para com a classe trabalhadora urbana, tem-se a lei de seguro de acidentes de trabalho por seguradoras privadas, que fora aprovada com o apoio da burocracia estatal em 1919; e a implementação da Previdência Social dos Ferroviários em 1923, esta última em resposta às lutas sociais e greves dos trabalhadores para manter a economia exportadora do café, que era a grande atividade econômica da época.

A era Vargas sob o regime do Estado Novo, eliminou muitos direitos políticos e individuais. Segundo Marques (2011), em 1934 é promulgada a constituição sob seu governo, trazendo a criação do salário mínimo e promovendo a consolidação das leis de trabalho. No ano de 1937 é fechado o Congresso Nacional e instalado o Estado Novo, passando a governar de forma ditatorial e centralizada.

O governo Vargas, com o intuito melhorar a indústria nacional e conter os problemas causados pelas novas formas de trabalho advindas do processo de industrialização, precisava intervir por meio de políticas públicas a fim de promover uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores particularmente, dos centros urbanos, que em sua grande maioria viviam de forma precária. Conforme D'Araujo (1997), nos primeiros anos do Estado Novo, foi regulamentado o salário mínimo (1940) e, em agosto de 1940, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social - SAPS. Em 1º de maio de 1941 foi inaugurada a Justiça do Trabalho, iniciando a cobrança do imposto sindical. Com a sistematização de toda a legislação social e o aprimoramento na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT que Vargas criou o cartão de apresentação de suas iniciativas em prol do trabalhador.

Visando proporcionar garantias de acesso a direitos aos trabalhadores, se tratando do campo da Assistência Social, segundo Vargas (2007) o governo também introduziu importantes mudanças, ao lado das Caixas de Aposentadoria e Pensões (que vinham desde a década de 1920) foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões que eram órgãos controlados pelo Estado e responsáveis pela extensão de direitos sociais às categorias de trabalhadores. Além disso, Direitos trabalhistas como a carteira profissional, jornada de trabalho de 48 horas semanais e as férias remuneradas também foram criações suas, benefícios esses que foram bem vistos pela classe trabalhadora e pelos críticos que discordavam de algumas políticas do governo.

Com a ruptura democrática no país em 1964, vários direitos conseguidos foram anulados e o governo autoritário governava de forma a calar a classe trabalhadora, e utilizava-se da violência para punir quem fosse contra os ideais. Com isso milhares de pessoas tiveram

seus direitos negados; parlamentares tiveram seus mandatos cassados, cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos e funcionários públicos foram demitidos e aposentados, havendo também perseguição e tortura para com figuras importantes da história brasileira.

Posteriormente, sob uma nova conjuntura política e social a constituição de 1988 apresentou-se como um marco na conquista de direitos, colocando a assistência social no campo das políticas públicas, determinando uma atenção especial do Estado para com famílias e comunidades mais fragilizadas socialmente. Neste contexto Maria (2011), destaca os principais objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição de Federal de 88 em seu art. 3º:

I – constituir uma sociedade livre, justa e solidária.

II – garantir o desenvolvimento nacional

III – erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

IV – promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer forma de discriminação (Brasil 1988)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A partir dessas garantias previstas na constituição, embora que a passos lentos os governos fazendo uso das políticas públicas começaram a investir na área social por meio de programas e projetos, a partir dessas iniciativas as políticas sociais ganharam força no Brasil e passaram a produzir frutos positivos no combate as desigualdades sociais. Conforme Weissheimer (2006, p.27):

A partir da constituição deste novo marco legal e institucional, tivemos, no início dos anos 1990, a aprovação de leis importantes como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). No final do governo Fernando Henrique Cardoso foram lançadas algumas políticas voltadas para a melhoria da renda e da qualidade de vida da população mais pobre: PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás.

Essas políticas condicionaram a ação integrada entre saúde, educação e assistência social, de modo que as ações direcionadas em cada área específica contribui para o funcionamento das demais atividades, sendo um processo interdisciplinar de contribuição social.

A partir da criação de leis importantes como o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e a Lei Orçamentária da Assistência Social- LOAS, após a promulgação da Constituição

de 88, já no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso, houve de fato a preocupação com garantia de direitos sociais, condicionando o surgimento de programas de inclusão social importantes.

Dentre as principais políticas do governo FHC, tem-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, cujo principal objetivo era combater o trabalho infantil; o agente jovem, que atendia jovens com idades entre 15 e 17 anos, com o objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, bem como desenvolver ações de integração e interação social, tornando-os agentes de mudança social; o sentinela que era um programa de assistência social governamental voltado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, dentro e fora do círculo familiar, incluindo violência sexual, física, psicológica e por negligência; o bolsa escola que era um programa de transferência de renda, destinado a famílias de baixa renda, para manutenção de crianças nas escolas.

O bolsa alimentação, criado pelo Ministério da Saúde, também no governo de Fernando Henrique Cardoso tinha como principal objetivo:

Reduzir deficiências nutricionais e a mortalidade infantil entre as famílias mais pobres, através da promoção da melhoria da alimentação e das condições de saúde e nutrição, com mulheres gestantes, mães que estejam amamentando seus filhos até 6 meses de idade ou com crianças de 6 meses a 6 anos de idade. (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2007, p.107)

Deste modo, o bolsa alimentação buscava promover uma melhoria nas condições de saúde e nutrição de gestantes, lactantes, lactentes, e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até noventa reais per capita, mediante a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e o fomento à realização de ações básicas de saúde com enfoque predominantemente preventivo; o auxílio gás, que consistia no pagamento de quinze reais para cada família com renda de até meio salário-mínimo a cada dois meses, como forma de subsidiar a compra de botijões de gás; e o fome zero, sendo um programa que visava o direito à alimentação para a população de baixa renda, oferecendo condições para que todos pudessem se alimentar, com qualidade, todos os dias.

Em 2003, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva cria o Bolsa Família, sendo resultado da unificação de outros programas de transferência de renda similares como o Fome Zero e o Auxílio Gás. De acordo com Cotta e Paiva (2010):

Em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.386/2004, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), que unificou os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência condicionada de renda então existentes. Estas ações, até essa data, possuíam regras específicas, basearam-se em algum ponto em registros administrativos independentes e acabaram tendo, via de regra, escala reduzida, permitindo, assim, lacunas e sobreposições de cobertura.

O Bolsa Família representa um avanço significativo no combate a fome e a miséria no país. Por meio da transferência de renda, possibilita aos beneficiários o acesso a direitos e dar condições para superação de vulnerabilidades sociais. A partir do recebimento de um valor mensal, às famílias precisam manter regularmente a crianças nas escolas e comparecer a unidades de saúde para as pesar e vacinar. Deste modo, há uma quebra no ciclo de pobreza familiar, agora as crianças têm oportunidades que os pais não tiveram, possibilitando uma melhor qualidade de vida para toda a família.

Tendo o PBF como um dos principais programas sociais do país e levando em consideração o seu crescimento ao longo dos anos justifica-se o estudo e investigação sobre os avanços conquistados desde sua implementação. O ponto seguinte abordará a funcionalidade, linhas de atendimento e os impactos econômicos e sociais gerados pelo PBF desde sua implementação até os dias atuais.

### 1.3 BOLSA FAMÍLIA: FUNCIONALIDADE, LINHAS DE ATENDIMENTO E IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Tem-se o Bolsa Família como um programa de transferência de renda, direcionado para famílias pobres e em extrema pobreza. Está previsto na Lei Federal nº 10.836/ 2004 , sendo regulamentado pelo Decreto nº 5.209/ 2004 e posteriormente pelo Decreto nº 6.157/2007, sendo resultado da unificação de quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2015), o programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda a família; acesso a direitos sociais, tanto na área de saúde como de educação por meio do cumprimento de condicionalidades, oferecendo condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social; e coordenação de programas complementares, onde por meio da integração e articulação de várias políticas sociais a fim de

estimular o desenvolvimento das famílias, contribuem para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

De acordo com o MDS (2015), o programa atende famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, deste modo, para definir esses dois patamares foi utilizado um limite de renda, onde quem pode fazer parte do programa são todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

Porém, os valores repassados para as famílias são uma soma de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família, onde a composição familiar, idades, presença das crianças e jovens na escola, gestantes e renda da família influenciam no valor do benefício a ser repassado. Sendo assim, sobre os tipos e valores dos benefícios a serem repassados o MDS (2015) esclarece: o Benefício Básico, no valor de R\$ 89,00 é pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00), ainda no que se refere aos Benefícios Variáveis é pago apenas cinco por família. O Quadro 1 apresenta os tipos e valores dos benefícios variáveis:

Quadro 1 - Benefícios Variáveis do PBF (até cinco por família)

Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.  <b>R\$ 41,00</b>	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição.  É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade
Benefício Variável Vinculado à Gestante  <b>R\$ 41,00</b>	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais.  O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.
Benefício Variável Vinculado à Nutriz.  <b>R\$ 41,00</b>	Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. São seis parcelas mensais.  Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Fonte: MDS (2015)

Ainda, de acordo o MDS (2015), há também o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de R\$ 48,00, sendo permitido até dois por família, e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza, pago às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição, sendo este valor calculado individualmente para cada família.

Ao passo que o poder público investe em políticas de distribuição de renda para camadas menos favorecidas conseqüentemente causa impactos positivos em vários aspectos que vão desde melhoria na segurança alimentar até maior acesso a direitos.

A criação e implementação do Bolsa Família, já nos primeiros anos, apresentou avanços positivos no que se refere a redução da pobreza. Segundo Weissheimer (2006), com a implementação do Bolsa Família em 2003, o programa já beneficiava 5 milhões de famílias

com a transferência de R\$ 45,00 por família, três anos mais tarde em 2006 beneficiava cerca de 11,1 milhões de famílias, com transferência de renda de até R\$ 107,00 por família.

De acordo com os dados do IPEA (2010), o programa tem uma despesa global baixa (de apenas 0,4% do PIB) e seus benefícios podem ser considerados modestos. As transferências do Bolsa respondem por 16% da redução da desigualdade de renda ocorrida entre 1999 e 2009, por 1/3 da queda da extrema pobreza e por outros 16% da queda da pobreza no mesmo período. Entre abril de 2009 e agosto de 2010 concretizou-se a ampliação do Programa Bolsa Família, de 11,1 para 12,7 milhões de famílias beneficiadas, resultado desta atualização. Estes números consideráveis de redução da Pobreza apontam que o Programa está atingindo seu público-alvo, levando uma melhoria relativa na qualidade de vida das famílias que vivem em situação de pobreza no país.

No ano de 2016, conforme o boletim de informações do MDS (2017), em novembro foram repassados cerca de R\$ 2,4 bilhões, distribuídos entre 13,5 milhões de famílias em vários municípios do país. No ano seguinte em março de 2017 o número de beneficiários chegou a 13,6 milhões de famílias, que recebiam uma média de R\$ 178,44, valor este que varia de acordo com o número de membros da família, a idade de cada um e a renda declarada ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Atualmente, conforme informações do MDS (2018), o programa beneficia cerca de 13,7 milhões de famílias que passaram a receber o reajuste de 5,67% no valor do benefício a partir do dia 18 de julho. Com o aumento, mais de R\$ 684 milhões serão injetados na economia do país até dezembro, o que apresentasse como um fato relevante para impulsionar as economias de várias cidades do país, uma vez que, geralmente os beneficiários gastam o valor recebido na localidade onde residem.

O Programa Bolsa Família tem um papel fundamental em reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde, por meio de alguns compromissos, chamados condicionalidades. Para o MDS (2018):

As chamadas condicionalidades do Bolsa Família são compromissos assumidos entre o poder público e as famílias beneficiárias do programa. Se, por um lado, as famílias têm que cumprir requisitos nas áreas de Saúde e Educação para receberem o benefício, por outro as condicionalidades também responsabilizam o poder público para a oferta dos serviços.

Para que as famílias cumpram as condicionalidades o poder público deve ter um foco nessas famílias ao garantir a elas a oferta e a qualidade dos serviços. Como a gestão do PBF acontece de forma descentralizada cada município deve desenvolver estratégias para haver



uma comunicação eficiente e atuação conjunta entre os serviços de educação, saúde e assistência social, possibilitando o cumprimento das exigências requeridas.

Com base no MDS (2015), para que as famílias continuem recebendo o benefício é necessário que os responsáveis matriculem as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola. A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês. Em casos que as crianças ou os adolescentes tenham que faltar às aulas, é importante que a família informe o motivo na escola, que o marcará no sistema onde se registra o acompanhamento da frequência escolar, o Sistema Presença/MEC.

Com a obrigatoriedade da frequência escolar e proibição do trabalho infantil, milhares de crianças brasileiras tiveram acesso a educação, segundo Wheissheimer, (2006, p. 46) “estudos da PNAD, revelam que o Brasil retirou, entre 2002 e 2004, quase meio milhão de crianças do trabalho infantil. Ocorreu uma redução de 2.988.294 (2002) para 2.574.717 (2004) no número de crianças de 5 a 15 anos no trabalho”. Anos mais tarde, conforme Wheissheimer, (2006, p. 33) “no final de 2005, iniciou-se a integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com o Bolsa Família, o que possibilitou o atendimento a 3,2 milhões de crianças em ações socioeducativas e de convivência”. De acordo com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania- SENARC (2018):

O acompanhamento da frequência escolar do primeiro período do ano, referente aos meses de fevereiro e março, obteve um balanço positivo. Das 14,87 milhões de crianças e adolescentes acompanhados, 13,24 milhões tiveram a frequência registrada, o que representa 89,06% de acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família. Desde 2007, esse é o melhor dado já alcançado nesse período.

Para haver a continuação da melhoria na educação e para que avanços continuem sendo alcançados, é necessário à criação de canais comunicação e vínculos entre professores, pais e toda a rede educativa, com o objetivo de conscientizar as famílias sobre a importância da educação para a superação das vulnerabilidades sociais às quais as famílias estão expostas. Deve-se levar em consideração que os pais são reflexos de anos de marginalização e exclusão social dos segmentos vulneráveis, que tiveram seus direitos de acesso à educação negados, e, acostumados, a pobreza, podem não ter ciência da importância da educação como caminho para emancipação social, econômica e cultural de seus filhos.

O MDS (2018) orienta que, além da frequência escolar de 85% para crianças e jovens de 6 a 15 anos, é preciso manter a vacinação em dia, fazer o acompanhamento nutricional das crianças menores de 7 anos e as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas nas

Unidades de Saúde. Com esta exigência pode-se notar impactos positivos, de acordo com os dados do MDS (2017):

O acompanhamento das condicionalidades de saúde do primeiro semestre de 2017 alcançou mais de 8,7 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), o que corresponde a 75,2% de cobertura do total das cerca de 11,6 milhões de famílias perfil saúde a serem acompanhadas. O resultado foi o melhor já alcançado no período e, considerando todos os processos de acompanhamento registrados, representa o terceiro maior percentual já alcançado. Quando comparado ao resultado do primeiro semestre de 2016, o dado aponta que houve um aumento de 2,72 pontos percentuais no total de famílias acompanhadas.

Por meio deste acompanhamento as gestantes têm a oportunidades de monitorar cada etapa da gestação, no que auxilia a prevenção de doenças e possibilita o maior acesso a informação sobre cuidados com a saúde da gestante e do bebê. Reconhecendo desde cedo a importância do pré-natal e do acompanhamento pós-parto, as crianças terão a oportunidade de tomar as vacinas necessárias no tempo certo, seguindo o calendário de vacinação, bem como o acompanhamento do crescimento e peso, pelos profissionais do serviço de atenção básica. Segundo o MDS (2017), durante o primeiro semestre de 2017, essas ações de prevenção de doenças e promoção da saúde alcançaram mais de 5,7 milhões de crianças de 0 a 7 anos, de um universo de cerca de 7,9 milhões de crianças, o que corresponde a quase 73,1 % de cobertura.

Com a abrangência das políticas na área de saúde pode-se observar resultados significativos no que se refere a redução da mortalidade infantil em 2015, conforme dados apurados pelo MDS (2015):

Quanto à mortalidade infantil, a integração do programa com outras políticas sociais permitiu uma redução bem acima da média mundial. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil reduziu o índice em 73% em relação aos níveis de 1990, enquanto a redução mundial foi de 53%.

No ano de 2015, o índice de mortalidade infantil no Brasil apresentou uma queda de 73%, sendo considerado um resultado significativo quanto eficiência das políticas públicas voltadas para erradicação da mortalidade entre crianças, estando acima da média mundial que foi de 53%, porém, em 2016 ocorreu um aumento desse índice, segundo informações do Conselho Federal de Enfermagem(2018):

A mortalidade infantil subiu em 2016, após décadas de queda no Brasil. Dados do Ministério da Saúde indicam que, pela 1ª vez desde 1990, o país apresentou alta na

taxa: foram 14 mortes a cada mil nascidos em 2016; um aumento de 4,8% em relação a 2015. Desde 1990, o país apresentava queda média anual de 4,9% na mortalidade infantil, valor acima de meta global estabelecida pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas), de 3,2%. O Ministério da Saúde atribui a alta mortalidade à emergência do vírus da zika e à crise econômica. Desde 2015, Brasil teve 351 mortes de fetos, bebês e crianças associadas ao vírus da zika, mostrou último boletim da pasta, com dados coletados até 14 de abril de 2018.

O recente aumento no índice de mortalidade infantil aponta a urgência da continuação de programas e projetos que promovam o acompanhamento das famílias de modo a prevenir e evitar o surgimento de novos casos. A comunicação entre as áreas de saúde e assistência social podem facilitar a identificação de casos de riscos, tornando assim possível o atendimento com maior rapidez as demandas apresentadas pelas famílias, podendo contribuir para evitar casos de mortalidade infantil.

A composição da vigilância nutricional, como uma das ações que compõem o acompanhamento das condicionalidades de saúde, possibilita prover informações contínuas sobre o estado nutricional das crianças. A prevenção de doenças, o acompanhamento da gestação e o acesso a uma alimentação saudável são fatores que influenciam diretamente na saúde nutricional infantil. De acordo com Campello e Neri (2013, p.101):

Sobre a desnutrição em crianças, verificou-se uma redução da prevalência de desnutrição crônica entre 2005 e 2009 e, comparando estas tendências em função do benefício do PBF, o predomínio de desnutrição crônica entre as crianças cujas mães recebem benefícios do PBF diminuiu de 15% para 10% em quatro anos. Contudo, redução semelhante ocorreu entre as crianças de domicílios não beneficiários do PBF.

O acompanhamento nutricional através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SIVAM), fornece subsídios para que o poder público analise os dados perceba os avanços e identifique possíveis problemas, tendo assim condições de desenvolver ações que promovam a continuação e melhoria da segurança nutricional de famílias de baixa renda.

Nesta perspectiva, conforme Weissheimer (2006, p.94), a Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2006 realizou, para o MDS uma pesquisa de opinião com os beneficiários do Bolsa Família. Dos 53 municípios investigados, 27 foram as capitais dos estados. Quando perguntado aos beneficiários como gastavam o valor do benefício, em primeiro lugar (76,4%) responderam que utilizavam o valor para gastos com alimentação. Uma outra parcela das famílias (11,1%) priorizou a compra de material escolar. Ainda conforme a pesquisa:

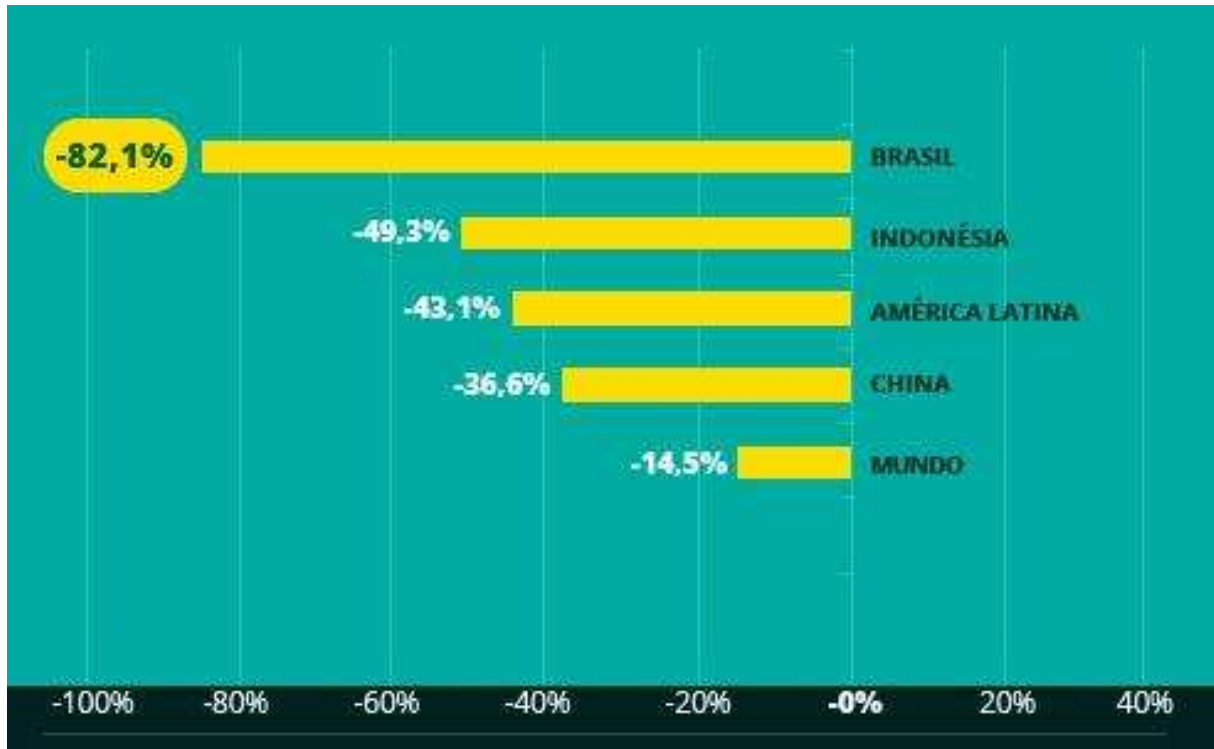
Antes do ingresso no Bolsa Família, essa situação era bem distinta: 34,9% das famílias entrevistadas conseguiam comprar alimentos suficientes para apenas uma semana; 34% conseguiam para duas semanas; 20,2% para três semanas e apenas 10,9% disseram que suas famílias conseguiam comprar alimentos para todo o mês. Essas melhorias tiveram outras conseqüências na vida das famílias. Um expressivo percentual de entrevistados (41,6%) afirmou que a maneira como suas famílias eram tratadas no local de moradia mudou para melhor após o ingresso no programa. (Weissheimer, 2006, p.97).

Posteriormente, segundo Weissheimer (2006), com o ingresso no programa, 85,6% dos entrevistados apontaram a melhoria na alimentação, enquanto apenas 14,2% responderam que a situação permaneceu semelhante ao período anterior. Estes indicadores representam de forma considerável o impacto do programa quanto a possibilidade de maior aquisição de alimentos pelas famílias de baixa renda, visto que, nem todas as famílias pesquisadas conseguiam adquirir alimentos suficientes para o mês inteiro antes do ingresso no programa. Ainda de acordo com o mesmo autor:

Embora estejamos ainda longe de uma situação ideal, na qual todas as famílias poderiam se alimentar de forma adequada todos os dias, a comparação entre a situação atual e a anterior ao ingresso no programa mostra impactos positivos expressivos, tanto no número de semanas cobertas pelos alimentos comprados, quanto na possibilidade de introduzir maior variedade na alimentação. (Weissheimer ,2006, p.102).

Com o aumento da cobertura do PBF em todo o país, em 2014 o programa foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), como fundamental para a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome, de acordo com informações do Brasil (2015), conforme dados do Gráfico 1:

Gráfico 1 - Redução da fome no mundo entre 2002 e 2014



Fonte: Brasil (2015)

O Brasil conseguiu reduzir em 82,1% a fome no país entre 2002 e 2014, se destacando entre países como Indonésia 49,3% e China 36,6%, o que significa dizer que as políticas públicas para o combate a fome e a miséria no país estão alcançando seu objetivo.

Segundo Brasil (2015), com o Bolsa Família, aliado à geração de 21 milhões de empregos, ao aumento real de 71,5% do salário mínimo, à produção recorde de alimentos e à merenda escolar distribuída diariamente a 43 milhões de crianças e jovens, o País saiu pela primeira vez do Mapa Mundial da Fome.

A política do bolsa família propõe um incentivo que possibilite a saída das famílias da extrema pobreza, oferecendo-lhes condições de superação das vulnerabilidades sociais, de modo que possam vir a se inserir no mercado de trabalho, desempenhando uma atividade laborativa tanto de maneira formal como informal. De acordo com dados do MDS entre os anos de 2003 e 2013, 1,69 milhão de famílias deixaram de forma voluntária o PBF, declarando que sua renda já ultrapassava o limite de R\$ 140 per capita. De acordo com Brasil (2013), as transferências do Programa Bolsa Família foram responsáveis pela criação e manutenção anual de 807 mil empregos e ocupações na Região Nordeste. Neste sentido Mota afirma que:

A realidade social de milhares de famílias brasileiras tem demonstrado o significado do programa de transferência de renda Bolsa Família – Trata-se de um importante instrumento econômico e político do Estado que interfere na reprodução da força de trabalho ocupada e excedente. (MOTA, 2012, p.245).

Os valores repassados às famílias também funcionam como forma de aquecer a economia nas regiões contempladas pelo programa. Quando as famílias dispõem de mais capital, conseqüentemente tendem a consumir mais, o que representa um fator importante para a geração de emprego e renda, bem como para o desenvolvimento de setores como comércio, indústria e agricultura. Caldeira (2016), aponta que pelos cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cada R\$ 1,00 investido no Programa estimula um crescimento de R\$ 1,78 na atividade econômica. Ao custo de apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com Wheissheimer, (2006, p. 114):

Desde o início do programa, em outubro de 2003, as vendas do varejo na região Nordeste acumulam um aumento de 54,2% (até abril de 2006). Na região Norte, essa alta é de 46% e, no Centro-Oeste, chega a 42,6%. Por outro lado, nas regiões Sul e Sudeste, essa alta é bem menor: 26,4% e 33,6%, respectivamente. A manutenção do baixo índice de inflação também tem contribuído para a elevação do consumo, especialmente de produtos alimentícios.

Com o aumento das vendas em determinados segmentos, os proprietários de estabelecimentos comerciais passam a contratar funcionários para atender a demanda. Desta forma a economia gira num círculo virtuoso, onde a cada novo emprego que surge, e a cada novo salário sendo injetado na economia possibilita o maior acesso a bens e serviços e conseqüentemente a geração de novos empregos e renda.

O PBF é um importante instrumento econômico e político que proporciona as famílias o acesso uma renda que possibilita o alívio imediato da extrema pobreza, com o intuito de oferecer condições das famílias superarem as vulnerabilidades e saírem do programa. No entanto, há uma incidência de recebimentos indevidos, onde as famílias conseguem ter acesso a uma renda de trabalho e mesmo assim continuam recebendo o benefício, causando irregularidades que são averiguadas constantemente. Segundo o MDS (2006): A fiscalização, além de atribuição legal dos Gestores, tem o objetivo de garantir a efetividade e a transparência do Programa Bolsa Família e visa assegurar que os benefícios cheguem de fato às famílias que atendem aos critérios do Programa.

Embora o Bolsa Família seja uma política que vem apresentando resultados positivos quanto a melhoria na qualidade de vida das famílias de baixa renda, ainda há um grande caminho a ser percorrido na luta pela erradicação das desigualdades no Brasil. Nesta

perspectiva, o tópico seguinte irá apresentar a má distribuição de renda no Brasil, com um enfoque para a região Nordeste, onde as políticas públicas alcançaram centenas de famílias que viviam abaixo da linha de pobreza.

#### 1.4 O BRASIL E A MÁ DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE AS REGIÕES

Percebe-se que o Brasil é um país com origem histórica de desenvolvimento tardio, territorialização desigual e acúmulo de riquezas nas mãos de uma pequena fatia da população, e possui uma quantidade considerável de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

A pobreza dissemina a carência de renda, alimentação, moradia, saneamento, educação, saúde e outros itens essenciais à manutenção das necessidades básicas e dignidade humana. Os indivíduos que vivem esta realidade são excluídos e marginalizados socialmente, por não terem acesso a os serviços básicos que lhe condicione superação das vulnerabilidades e inserção social. De acordo com Barros *et al* (2001):

A pobreza não pode ser definida de forma única e universal, contudo, pode-se afirmar que a pobreza se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico, possuindo renda *per capita* inferior ao valor suficiente para satisfazer suas necessidades básicas.

A má distribuição de renda e a desigualdade social é uma realidade de muitos países. No Brasil, este processo evidencia-se durante o período de colonização, onde acontecimentos como grandes lotes de terras que foram dados a uma parcela pequena de latifundiários, a exploração das riquezas levadas para países como Portugal e Inglaterra, posteriormente a revolução industrial e o surgimento do capitalismo culminaram no crescimento de poucos em detrimento da exploração da maioria pobre, que precisava trabalhar sob as condições que lhe eram impostas devido a carência de renda.

Para Faoro (1979, p.366), “o descobridor, antes mesmo de estudar a terra recém descoberta, queria saber de suas riquezas, ouro e prata, para a glória da Coroa portuguesa”. Sob este prisma, pode-se entender os condicionantes que possivelmente interferiram e determinaram o processo de desenvolvimento da colônia, suas possíveis disparidades, atreladas ao período mercantilista, que acabou por criar o binômio centro/periferia.

Inicialmente, a economia brasileira foi baseada no modelo agrário exportador, onde o cultivo do café era a principal atividade econômica da época. Posteriormente, com o esgotamento da economia cafeeira e as diversas dificuldades para a superação da crise de

1929, o país passou a dar os primeiros passos rumo à industrialização, passando de agrário-exportador para urbano-industrial. Para Tomazi (2010, p.52):

A industrialização no Brasil, a partir da década de 30, criou condições para a acumulação capitalista, evidenciado não só pela redefinição do papel estatal quanto a interferência na economia (onde ele passou a criar as condições para a industrialização), mas também pela implantação de indústrias voltadas para a produção de máquinas, equipamentos, etc.

Com a expansão da industrialização, as pessoas do campo que trabalhavam na agricultura foram forçadas a migrarem para as cidades, gerando um crescimento desordenado dos centros urbanos e uma série de problemas sociais. A classe operária trabalhava exaustivamente durante longas horas de trabalho e ganhavam um salário insuficiente para custear as necessidades básicas de saúde, moradia e alimentação, diferentemente das elites que detinham o poder e acumulavam cada vez mais riquezas. No modelo capitalista, a sociedade é dividida em classes, conforme Tomazi (2010, p. 75):

A sociedade capitalista é dividida em classes e, como tal, tem uma configuração histórico-estrutural particular. Nela está muito evidente que as relações e estruturas de apropriação (econômica) e dominação (política) definem a estratificação social. Os outros fatores de distinção e diferenciação, como a religião, a honra, a ocupação e a hereditariedade, apesar de existirem, não possuem a força que têm nos sistemas de castas e de estamentos. A produção e o mercado tornaram-se os elementos mais precisos de classificação e mobilidade sociais. Assim, as classes sociais expressam, no sentido mais preciso, a forma como as desigualdades se estruturam na sociedade capitalista.

As classes expressam a divisão social, o padrão de vida e o poder aquisitivo de cada camada da sociedade. Através desta organização social é possível identificar as disparidades e as características que levam os indivíduos a serem diferentes entre si e ocuparem lugares distintos na sociedade.

Este processo de desigualdade gerado pela formação econômica e social se perpetua até os dias de hoje, sendo possível perceber o grande crescimento econômico e expansão industrial ao longo dos anos, porém o desenvolvimento econômico apresenta-se ainda de forma tímida.

O crescimento econômico não conseguiu melhorar relativamente à qualidade de vida das pessoas em diversas regiões do país, perpetuando o ciclo de pobreza e marginalização social para grande parte dos brasileiros. De acordo com Behing e Almeida: Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2003):



O 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Metade dos trabalhadores brasileiros ganha até dois salários mínimos e mais da metade da população ocupada não contribui para a Previdência.

De acordo com dados da ONU (2018), em média, a renda do 1% mais rico da população brasileira foi equivalente a 24% da renda total do país no período de 1926 a 2015, o que representa o dobro da concentração observada na maioria dos países do mundo. Conforme estudos realizados pelo IBGE (2018), em 2017, os 10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos detinha 0,7% desta massa. As pessoas que faziam parte do 1% da população brasileira com os maiores rendimentos recebiam, em média, R\$ 27.213, em 2017. Esse valor é 36,1 vezes maior que o rendimento médio dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 754). Na região Nordeste essa razão foi de 44,9 vezes e na região sul, 25 vezes. Em Tuparetama-PE, cidade que servirá de estudo para a pesquisa, de acordo com o IBGE, em 2016, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.5%. Na comparação com os outros municípios do estado de Pernambuco, ocupava a posição 144, de um total de 185 cidades. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 45,3% da população nessas condições, o que a colocava na posição 160 de 185 dentre as cidades do estado e na posição 2107 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Conforme informações do IBGE (2017), 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07- ou US\$ 5,5 por dia. Dentre as regiões do país, a pobreza afeta cerca de 43,5% da população do Nordeste; entre os estados destacam-se o Maranhão, com 52,4% e Alagoas (47,4%) apresentaram os maiores índices de pobreza. A região Sul por sua vez, apresentou o menor índice dentre as regiões do país, cerca 12,3% da população.

Nesta perspectiva, no Brasil ainda tem um grande número de pessoas que vivem em condições precárias, apresentando um grande desafio para o campo das políticas públicas voltadas para o combate à fome e a miséria no país. As políticas públicas de distribuição de renda têm como principal objetivo contribuir para que as famílias superem o ciclo de pobreza, buscando diminuir estas disparidades de renda entre as camadas sociais. De acordo com Brasil (2018), dentre as cinco regiões do País, a que possui maior número de famílias cadastradas no PBF é a região Nordeste (6,98 milhões), seguida pelo Sudeste (3,55 milhões);

Norte (1,73 milhão); Sul (843 mil); e Centro-Oeste (661 mil). O valor médio do benefício pago varia de R\$ 156,46, no Centro-Oeste, a R\$ 200,36, no Norte.

Conforme aponta os dados citados anteriormente, a região Nordeste apresentou o maior percentual de pessoas que vivem na pobreza, cerca de 43,5 da população, como também se mostrou a região que concentra o maior número de famílias beneficiárias do PBF entre as regiões do país, cerca de 6,98 milhões de nordestinos recebem o benefício. Para Weissheimer (2006, p. 102):

É necessário considerar que o Programa Bolsa Família, assim como tantos outros programas sociais criados e/ou expandidos pela atual gestão federal, enfrenta um gigantesco desafio: reverter uma situação de extrema desigualdade na distribuição de renda que vem caracterizando historicamente a sociedade brasileira.

O fato de ser a região com maiores índices de pobreza justifica a grande quantidade de famílias cadastradas no PBF, já que o programa é destinado a famílias de baixa renda. Como a região Nordeste possui um histórico de desenvolvimento tardio e carência de investimentos para a geração de emprego e renda, muitas famílias recorrem ao programa por não encontrarem oportunidades de trabalho que possibilitem o acesso a renda.

O desemprego é um fator que contribui diretamente para o aumento da pobreza, nos últimos anos, o país apresentou uma elevada taxa de desemprego que atingiu todas as regiões do país, porém segundo Brasil (2018), conforme pesquisa realizada pelo IBGE houve um recuo de 5,3% no último trimestre, o que significa que as pessoas estão tendo acesso a renda. No comparativo com o mesmo trimestre de 2017, houve queda de 3,9%, menos 520 mil pessoas. Ainda de acordo com a pesquisa, a população ocupada representa 91,2 milhões de cidadãos no Brasil. Em relação ao mesmo trimestre de 2017, houve aumento de mais 1 milhão de pessoas ocupadas.

Segundo informações do IBGE (2018), no Brasil, a taxa de desocupação, no 2º trimestre de 2018, foi de 12,4%, sendo que este indicador apresentou redução de 0,7 p.p. em relação ao 1º trimestre de 2018 (13,1%). Ao longo de toda série, o Nordeste apresenta as maiores taxas de desocupação, tendo registrado, no 2º trimestre de 2018, uma taxa de 14,8%. A região Sul teve a menor taxa (8,2%). Frente ao 1º trimestre de 2018, todas as Regiões apresentaram redução da taxa de desocupação. O Nordeste teve a variação mais alta (1,1 p.p.) e o Sul, a menor (de 0,2 p.p.). Na comparação anual, este indicador caiu em todas as regiões. Houve uma significativa redução do desemprego no país durante o 1º e 2º trimestre de 2018, no entanto, o Nordeste ainda lidera com as maiores taxas de desocupação, carecendo de mais

investimentos tanto da esfera pública quanto privada, contribuindo para a geração de emprego e renda na região.

Contudo, percebe-se que a má distribuição de renda no Brasil apresenta-se de forma acentuada refletindo os problemas de ordem econômica, social e política existentes no país, havendo necessidade de uma melhor gestão dos recursos públicos e políticas capazes de promover uma redução nos níveis de desigualdade de renda existentes entre as regiões, de modo que, regiões como o Nordeste que apresenta elevadas taxas de pobreza seja capaz de se desenvolver e promover um melhor acesso a renda.

O Brasil, na condição de país subdesenvolvido precisa concentrar esforços para desenvolver as regiões de forma equilibrada, investindo em políticas públicas capazes de gerar desenvolvimento econômico em todo o país, oferecendo oportunidades iguais de crescimento, para assim obter de fato uma economia equilibrada, com bons níveis de emprego e renda, dando condições para o país desenvolver suas potencialidades e superar as disparidades de renda existentes entre a população brasileira.

Sob esta perspectiva, o ponto seguinte abordará a funcionalidade e importância do setor terciário no Brasil, bem como a influência que este segmento de mercado tem sob o bem-estar social e crescimento econômico do país.

## 1.5 FUNCIONALIDADE E IMPORTÂNCIA DO SETOR TERCIÁRIO

As atividades econômicas se dão de várias maneiras e o conjunto dessas atividades produtivas são classificadas em três setores. Tem-se o setor primário, englobando agricultura e agropecuária, caracterizado pela extração de matérias primas para o abastecimento das indústrias; o setor secundário, vinculado ao processamento e distribuição da produção do setor primário através da indústria; e o setor terciário, que está diretamente ligado a prestação de serviços e ao comércio varejista.

O setor terciário tem apresentado uma expansão a nível global nos últimos anos, com o desenvolvimento da industrialização e o crescimento das cidades conseqüentemente houve a necessidade de criar meios de transporte, comunicação, tecnologia, bem como outros serviços complementares para atividades econômicas existentes, assim como serviços que pudessem satisfazer as necessidades sociais oriundas do processo de desenvolvimento econômico e social. Para Cobra (2004, p.4):

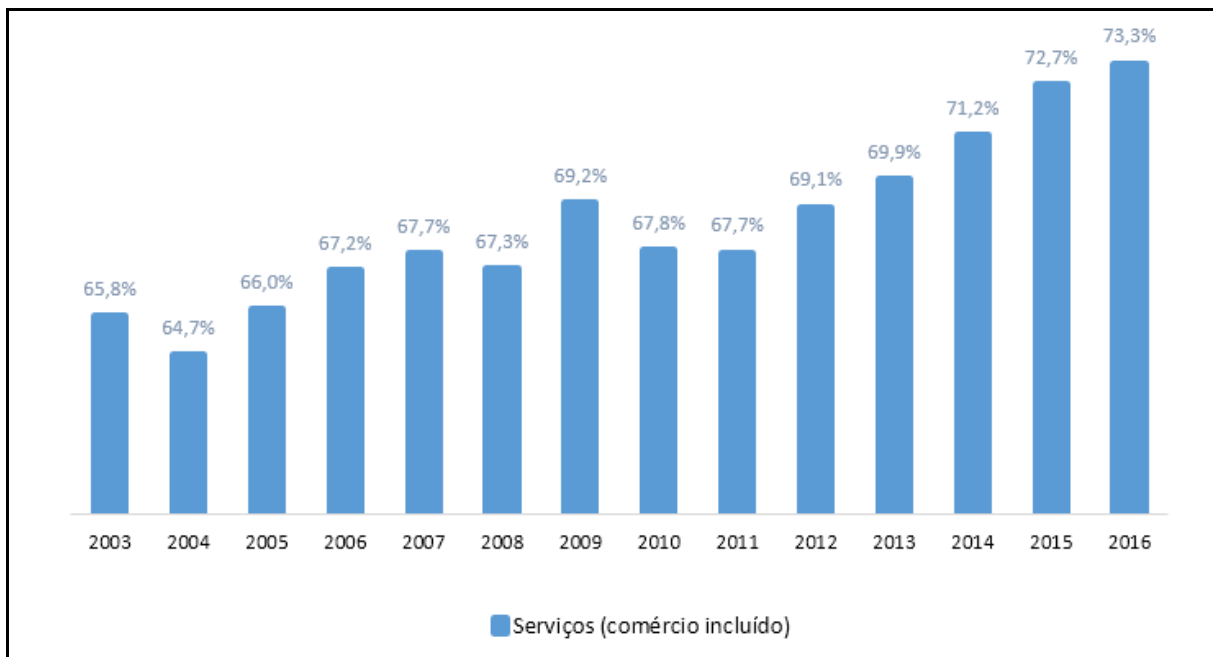
A economia do setor terciário, a área de serviços é a que mais cresce em importância no mundo. No Brasil, apresenta cerca de 60% do PIB-Produto Interno Bruto, enquanto a indústria soma 32% e a agropecuária, 8%. Nos Estados Unidos, os serviços constituem mais de 75% do PIB; em outros países latino-americanos, como a Argentina e a Colômbia, o PIB de serviços é superior à marca brasileira de 60%.

Nota-se a expressiva participação dos serviços na movimentação da economia brasileira. Os serviços oferecidos no Brasil partem tanto da atividade formal como informal, a informalidade oferece a oportunidade de empreendedores criarem um negócio e crescer, porém, há conseqüentemente uma perda de arrecadação tributária pelo Estado, o que acaba influenciando negativamente no PIB. As empresas formais são prejudicadas pela expansão da informalidade, uma vez que, essas empresas informais não pagam a mesma carga tributária das empresas formais, podendo oferecer os produtos com preços mais atrativos, fazendo com que a empresa formal perca mercado, e não se sinta motivada a investir e buscar novas tecnologias, influenciando negativamente na economia, não proporcionando a geração de novos empregos e o aumento da renda das famílias. A redução da expansão das empresas formais reduz conseqüentemente às chances de maior arrecadação do PIB.

Conforme Cobra (2004), a informalidade movimenta cerca de 40% do PIB, uma redução de 20% na informalidade seria capaz de elevar a taxa de crescimento em quase 100%, o que significaria dizer que o crescimento anual do Brasil poderia quase dobrar.

Mesmo com a participação de empresas informais, o setor de serviços tem influenciado diretamente na evolução do PIB brasileiro ao longo dos anos. O Produto Interno Bruto, representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período de tempo. De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), de 2003 a 2016, a representatividade do setor terciário, passou de 65,8% para 73,3% do valor adicionado ao PIB, conforme dados apresentados no gráfico 2 das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE:

Gráfico 2 - Participação percentual do setor terciário (comércio e serviços) no valor adicionado - 2003 a 2016.



Fonte: MDIC (2017).

O comércio contribuiu significativamente para este avanço, elevando-se de 9,5% para 12,8%, no valor adicionado do PIB nesse período, havendo atingido o pico em 2013, quando o setor alcançou uma participação de 13,5%. Já o setor de serviços (excluído o comércio) saltou de 53,3% em 2003 para 60,8% em 2016.

O setor terciário ainda apresentou avanços no segundo trimestre de 2018, de acordo com o IBGE, os serviços tiveram desempenho positivo de 0,3%, enquanto houve estabilidade na Agropecuária (0,0%) e queda de 0,6% na Indústria, conforme apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 - Variação do PIB segundo trimestre 2018

Período de comparação	Indicadores (%)						
	PIB	AGROP	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre <b>imediatamente anterior</b> (com ajuste sazonal)	0,2	0,0	-0,6	0,3	-1,8	0,1	0,5
Trimestre / <b>mesmo trimestre do ano anterior</b> (sem ajuste sazonal)	1,0	-0,4	1,2	1,2	3,7	1,7	0,1
<b>Acumulado em quatro trimestres</b> / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,4	2,0	1,4	1,4	2,6	2,3	-0,4
<b>Valores correntes</b> no trimestre (R\$ bilhões)	<b>1693,3</b>	<b>89,6</b>	<b>308,1</b>	<b>1052,7</b>	<b>271,4</b>	<b>1063,4</b>	<b>333,0</b>
<b>Taxa de investimento (FBCF/PIB) 2o tri 2018 = 16,0%</b>							
<b>Taxa de poupança (POUP/PIB) 2o tri 2018 = 16,4%</b>							

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Neste sentido, conforme os dados apresentados, o setor de serviços conseguiu um desempenho bem a frente da agropecuária e da indústria, que são setores que geralmente concentram muitos investimentos, podendo-se entender que este setor vem apresentando confiança para maiores investimentos, proporcionando seu crescimento, contribuindo assim para aumento de sua participação no PIB.

O crescimento do setor terciário representa um fator positivo na geração de emprego e renda, apontando que as empresas estão investindo e produzindo mais. De acordo com Brasil (2018), seis de oito áreas de emprego no Brasil tiveram desempenho positivo. A maior foi no setor agropecuário, que criou 17.455 postos, seguido por serviços (+14.548) novos empregos gerados em todo o país.

O Nordeste é umas das regiões mais pobres do país, concentrando uma grande quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, enfrenta um histórico desenvolvimento lento e falta de investimentos por parte do poder público. O esquecimento por parte do estado agravou os problemas sociais existentes, tornando difícil a superação das desigualdades socioeconômicas, colocando-a em um patamar de inferioridade se comparada a regiões Sul e Sudeste do país; carecendo assim de políticas públicas capazes de impulsionar o crescimento. Segundo Weissheimer (2006), no Norte e no Nordeste os programas sociais vêm aquecendo o comércio, tendência que deve se acentuar com o aumento do salário mínimo.

Nos últimos anos, a região Nordeste vem apresentando avanços. De acordo com a Sudene (2016), em 2015 os nove estados da região Nordeste produziram 14,2% dos bens e

serviços nacionais, em 2005 essa participação foi de 13,1%, deste modo, supõe-se que está havendo um aumento significativo dessa participação. As vendas no comércio do comércio ampliado crescerem 2,3% em 2017, porém teve uma queda de 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro, de acordo com o Boletim Regional do Banco Central (2018), porém dados mais recentes indicam relativa recuperação do comércio. Os emplacamentos de veículos – antecedente das vendas de automóveis – cresceram 3,4% no primeiro trimestre de 2018, em relação ao trimestre anterior. Segundo informações de Brasil (2018), o PIB volta a crescer em todas as regiões, e o Nordeste apresentou um aumento de 0,9%, quando observado o acumulado dos 12 meses anteriores a março.

Em Pernambuco, de acordo com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE), no primeiro trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto de Pernambuco, a preços de mercado (PIB/PE), alcançou R\$ 45,1 bilhões em valores correntes. O PIB/PE apresentou crescimento de 1,9% nesse período em relação ao mesmo período de 2017. Esse desempenho decorreu do comportamento agregado, no trimestre, dos três grandes setores econômicos: Agropecuária (12,1%), Indústria (0,9%) e Serviços (1,4%).

A agropecuária representa uma influência maior sobre o PIB de Pernambuco em 2018, porém serviços cresceu 1,4% se comparado ao mesmo período de 2017. Conforme dados da CONDEPE (2018), as atividades que contribuíram para o crescimento do setor foram: Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados (6,8%), Atividades imobiliárias e aluguéis (2,9%) e Outros Serviços (2,4%). As atividades de Administração, saúde e educação públicas (1,3%), Transporte, armazenagem e correio (0,7%) e Comércio (0,2%), apresentaram desempenho mais modesto. A expansão do volume de vendas no chamado Comércio varejista ampliado foi de 2,0%, decorrente de comportamentos heterogêneos das várias atividades componentes do varejo ampliado.

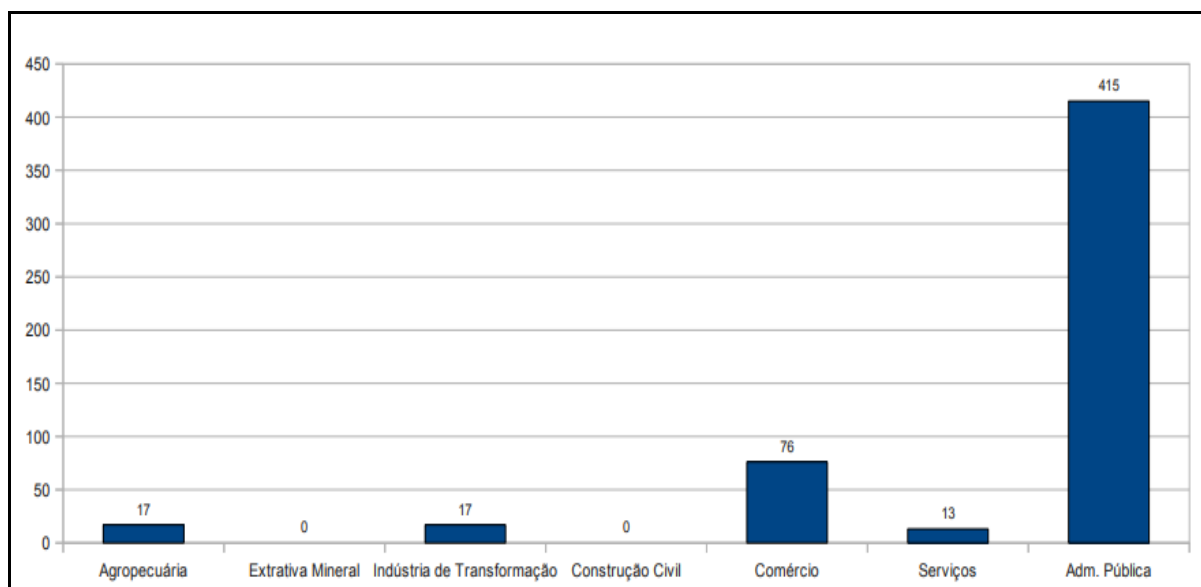
As cidades do interior de Pernambuco são em sua grande maioria de pequeno porte, envolvendo atividades relacionadas a serviços, levando em consideração que grandes empresas sentem dificuldades de investir em cidades de pequeno porte devido ao difícil acesso logístico, a carência de isenções fiscais oferecidas pelo governo municipal, e por estas cidades estarem situadas no semiárido, onde há a escassez de chuvas. Com isso, tem-se uma predominância do comércio e atividades de bens e serviços para atender as demandas locais, que são relativamente pequenas, em decorrência do perfil econômico da região.

Tuparetama está localizada no alto Sertão do Pajeú no estado de Pernambuco, tem uma população estimada para 2018 de 8.192 pessoas, segundo o Censo 2010 do IBGE. Com PIB per capita de 7928.04 R\$, e com um IDH de 0.634 ainda conforme o censo 2010. Para

CUENCA (2007), a economia da microrregião é em sua maioria movimentada pelo comércio, seguido da agropecuária que é a atividade mais desenvolvida do sertão brasileiro, na região mais alta, a atividade agrícola tem mais diversidade, inclusive fruticultura e nas regiões baixas, a pecuária caprina. A agricultura predominante é a de subsistência, na produção agrícola ela apresenta dois tipos de lavoura a temporária e a permanente. Na lavoura temporária tem o cultivo de milho, feijão, algodão herbáceo, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca, mamona, tomate, arroz, fava e sorgo. E na lavoura permanente tem o cultivo de castanha de caju, algodão arbóreo, goiaba, sisal, banana, café, manga, laranja, tomate, fava, feijão, milho e mandioca.

As atividades econômicas do município de Tuparetama envolvem agricultura, pecuária e comércio. As atividades relacionadas ao comércio estão ligadas ao microempreendedor individual, pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. De acordo com o IFPE, com menção aos empregos provenientes de atividades formais utilizando informações do Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS 2010, pode-se observar no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Empregos por atividade formal em Tuparetama/PE



Fonte: IFPE (2010).

Conforme dados apresentados no gráfico 3, nota-se que, o comércio é responsável por uma considerável parcela de geração de emprego e renda na cidade, ficando atrás apenas da Administração Pública, que concentra uma quantidade significativa de servidores efetivos e contratados. O setor terciário é percebido na cidade como importante para o desenvolvimento



da economia local, havendo uma variedade de lojas do ramo de vestuário, perfumaria, supermercados, oferecendo a oportunidade de empreendedores investirem na criação de novos negócios e consequentemente contratar novos funcionários.

Por se tratar de um município de pequeno porte não há grandes empresas sediadas na cidade. As fontes de renda da população são provenientes de empregos na administração pública e privada, aposentadorias, pensões e o Bolsa Família, que aquecem principalmente o comércio de alimentos e vestuário na cidade. De acordo com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI, 2018), no município, há 1.576 famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo que essas famílias equivalem a aproximadamente 43,47% da população total do município, e inclui 1.269 famílias que, sem o programa estariam em condição de extrema pobreza. No mês de agosto de 2018 foram transferidos R\$ 365.827,00 às famílias e o benefício médio repassado foi de R\$232,12 por família, ainda conforme informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (2018).

O Bolsa Família representa uma parcela importante das fontes de renda da cidade, levando em consideração o grande número de beneficiários e que os recursos recebidos são gastos em sua grande maioria na própria região, contribuindo para o crescimento e surgimento de empreendimentos como supermercados e lojas de roupas, bem como outras ramificações do setor terciário. Pizani e Rego *apud* Santos (2014) esclarecem que a diminuição da pobreza por meio dos programas de transferência de renda não será constante sem a geração de empregos locais e sem crescimento interno. Deste modo, as políticas públicas precisam estar articuladas com políticas voltadas para o desenvolvimento da mão de obra interna, contribuindo para a geração de impactos duradouros, de modo a beneficiar a comunidade em diversos aspectos.

## 2 CAPÍTULO II: METODOLOGIA

O termo Pesquisa pode ser definido de acordo com GIL (2002, p.17), “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”, sendo desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

### 2.1 TIPO DE PESQUISA

Quanto a forma de abordagem, se trata de uma pesquisa quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa de acordo com Silva *et all* Menezes, (2001 p.20) considera que tudo pode ser quantificado, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las; nesse estudo permitiu a utilização de ferramentas estatísticas como a porcentagem. A abordagem qualitativa por sua vez, busca análises mais profundas com relação aos fenômenos estudados, permitindo uma maior aproximação e mensuração de informações entre entrevistador e entrevistado. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto ao tipo de pesquisa é descritiva, conforme GIL (2002, p.42), esse tipo de pesquisa têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto ao método, utilizou-se a pesquisa de campo. Segundo GIL (2002, p.53) “a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. Deste modo, a pesquisa trata da avaliação do PBF na cidade de Tuparetama, sob a perspectiva do o estado de bem-estar social.

### 2.2 UNIVERSO DE ANÁLISE

População (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo (SILVA *et all* MENEZES, 2001 p. 32).

O presente estudo tem como referência a população de 1.576 beneficiários do Bolsa Família no município de Tuparetama-PE, utilizando uma amostra de 208 pessoas na pesquisa por meio de técnicas não probabilísticas por conveniência, que se trata de técnicas onde há uma escolha determinada dos elementos da população, que não permite generalizações dos resultados colhidos da pesquisa para a população, nela o pesquisador seleciona os membros da população mais acessíveis (BARBETTA, 2002). Além dos beneficiários, foi realizada uma entrevista com a coordenadora do PBF e um questionário com apenas 16 comerciantes de uma população de 20 estabelecimentos no ramo de supermercados no município; tendo em vista que 4 empresários apresentaram resistência em responder o questionário, mesmo sendo explicado o objetivo do estudo esses não aceitaram participar da pesquisa.

Para a aplicação dos questionários foi utilizado o critério de acessibilidade de acordo com a pré-disposição do grupo, sendo estes, beneficiários atendidos pela equipe do setor do Bolsa Família no período de 22 de setembro a 27 de outubro de 2018. Este método foi escolhido a partir da percepção de certo receio por parte de alguns beneficiários em responder o questionário, sendo que, em alguns momentos durante a aplicação do questionário, alguns beneficiários indagaram se a entrevista era pra “cortar” o benefício. Pelo fato de a pesquisadora trabalhar na função entrevistadora do programa no município, visitas domiciliares para a realização da pesquisa poderiam ser confundidas com ações de fiscalização do programa no município, gerando especulações entre os beneficiários.

### 2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DADOS

Para a coleta de informações da pesquisa, com relação a parte qualitativa deste trabalho foi realizada uma entrevista semiestruturada com a coordenadora do PBF no município. A escolha desse método de coleta de dados se deu por este permitir respostas mais profundas que, no geral, não são possíveis de ser extraídas de questionários e/ou fontes documentais (ROSA; ARNOLDI, 2008).

Quanto à pesquisa quantitativa, foi utilizado o instrumento do tipo questionário, com questões de múltipla escolha, aplicado com 16 comerciantes do município, no ramo de supermercados que aceitaram participar da pesquisa; e com os beneficiários do Bolsa Família do município, que ao buscarem algum tipo de serviço no prédio onde funciona o programa se dispuseram a participar da pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2003, p.201) “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que

devem ser respondidas por escrito”. O questionário busca colher informações baseadas na investigação de um grupo representativo da população.

## 2.4 PROCEDIMENTOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Para a análise de resultados da pesquisa é estabelecido o desenvolvimento do questionário, aplicado a todas as pessoas da amostra, de modo a obter informações que atendam aos objetivos da pesquisa. Segundo Borges, Hoppen e Luce (2009, p. 886) consiste em “examinar, categorizar, tabular e recombina os elementos de prova, mantendo o modelo conceitual e as proposições iniciais do estudo como referências”.

Quanto à análise da pesquisa qualitativa, segundo André e Lüdke (1986, p.45), “analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis”. Deste modo, análise da pesquisa qualitativa trata-se de uma análise de conteúdo, de modo a compreender com mais profundidade e interpretar os dados obtidos.

Quanto à análise da pesquisa quantitativa Martins (2007), esclarece que normalmente os dados são coletados e submetido à análise estatística descritiva, que fornece resumos simples sobre a amostra e sobre as observações que foram feitas, deste modo a análise se dará através de quatro perspectivas: influências do PBF na área de saúde; influências do PBF na área de educação; influências do PBF na segurança alimentar das famílias; e influências econômicas e sociais do PBF. Os resultados obtidos a partir desta pesquisa foram expostos por meio de gráficos e porcentagem, com o auxílio do programa *Microsoft Excel* versão 2010, permitindo um entendimento racional e lógico dos resultados obtidos.

### 3 CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O presente trabalho apresenta uma avaliação da política pública referente ao Programa Bolsa Família na cidade de Tuparetama/PE, sob a perspectiva do estado de bem-estar social, a partir do ponto de vista dos beneficiários, da coordenadora do programa no município e dos comerciantes do ramo de supermercados.

Para o alcance dos objetivos específicos, foram aplicados dois questionários e uma entrevista, sendo que, um questionário de múltipla escolha foi aplicado com 208 beneficiários do PBF; e o outro questionário foi aplicado com 16 comerciantes do ramo de supermercados do município; a entrevista foi aplicada com a coordenadora do PBF no município. A análise dos dados será organizada da seguinte forma: primeiro será apresentado os dados gerais e características dos entrevistados; em seguida será realizado a análise levando em consideração: influências na área de saúde; influências na área de educação; influências na segurança alimentar das famílias e influências econômicos e sociais do PBF.

#### 3.1 DADOS GERAIS E CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

As primeiras perguntas do questionário referem-se aos dados gerais dos entrevistados, que são beneficiários do PBF no município de Tuparetama-PE.

Dentre os entrevistados, aproximadamente 89% eram do sexo feminino e 11% do sexo masculino. Desses, 37% tinham idades entre 16 e 26 anos; 24% tinham entre 27 e 36 anos; 25% entre 37 e 46 anos; e 13% tinham uma média de 47 anos ou mais. Com relação ao estado civil, aproximadamente 38% eram casados; 19% eram solteiros; e 43% declararam estar em uma união estável.

Quanto ao grau de instrução dos beneficiários, 18% declaram ter o ensino fundamental completo; 39% o ensino fundamental incompleto; 30% declaram ter concluído o ensino médio; e 13% afirmaram ter o ensino médio incompleto.

Com relação ao tipo de domicílio em que residem as famílias beneficiadas pelo programa, identificou-se que 45% moram em casa alugada, 38% moram em casa própria e 34% residem em moradias cedidas. Dessas moradias, 33% estão localizadas na zona rural e 67% na zona urbana. Quanto a quantidade de pessoas residentes no domicílio, constatou-se que 57% dos domicílios abrigam de 1 a 3 pessoas; 39% abrigam de 4 a 7 pessoas; e 4% possuem 8 moradores ou mais.

Dos comerciantes entrevistados, 19% disseram estar de 1 a 5 anos no mercado; 56% de 6 a 15 anos; e 25% responderam que estão neste seguimento de 16 a 30 anos. Quanto a coordenadora do PBF, a mesma declarou que está na função a pelo menos 12 anos, e que ao longo desse tempo também trabalhou no setor do Bolsa Família de outras cidades.

### 3.2 INFLUÊNCIAS DO PBF NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

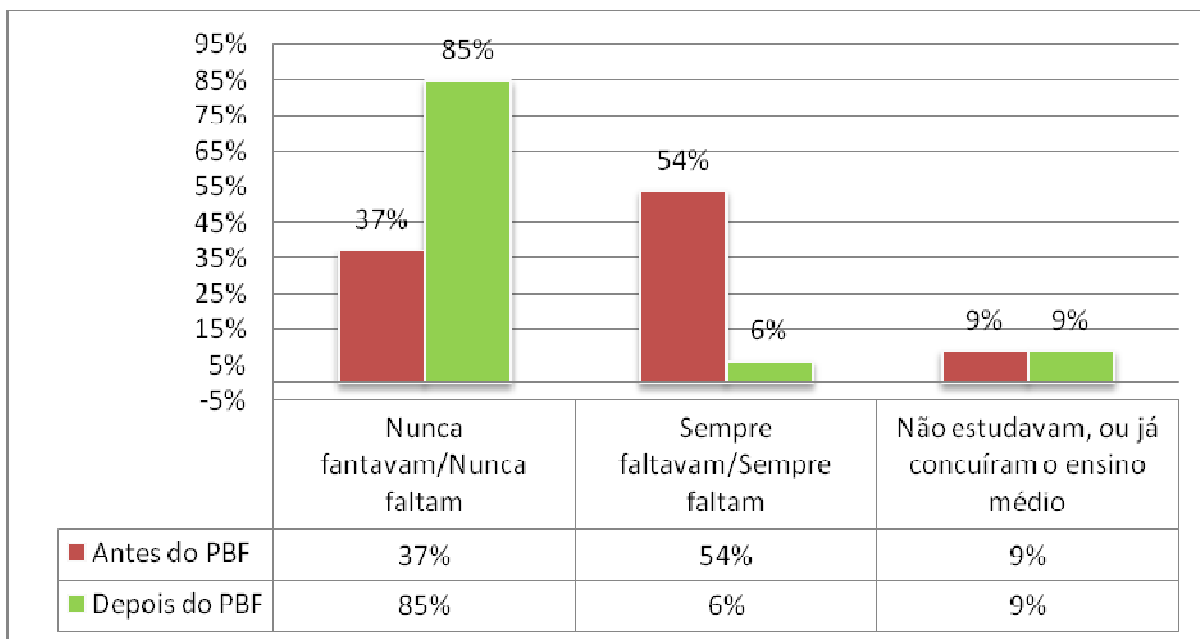
Para que as famílias continuem recebendo o benefício faz-se necessário atender as condicionalidades das áreas de saúde e educação. Conforme MDS (2018), as chamadas condicionalidades do Bolsa Família são compromissos assumidos entre o poder público e as famílias beneficiárias do programa.

Se tratando das condicionalidades na área de educação, de acordo com o MDS (2015) para que as famílias continuem recebendo o benefício é necessário que os responsáveis matriculem as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos na escola. A frequência escolar deve ser de, pelo menos, 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês.

Os dados da pesquisa referente à quantidade de crianças na escola, apontam que das famílias entrevistadas 83% tem de um a dois filhos na escola; 16% tem de três a quatro; e 1% dos beneficiários tem de 5 a 6 filhos estudando.

Considerando as condicionalidades e a importância da frequência escolar de pelo menos 85% e 75% para a manutenção do benefício, foi questionado sobre a frequência das crianças e jovens na escola antes e depois do PBF. Deste modo, constatou-se que antes do PBF, 37% das crianças sempre iam à escola; 54% sempre faltavam às aulas; e 9% não estudavam ou já haviam concluído o ensino médio. Quando questionados sobre a frequência escolar depois da inserção da família no programa observou-se um avanço significativo, de modo que, dos entrevistados 85% declararam que seus filhos nunca faltam às aulas; 6% responderam que os filhos sempre faltam; e 9% não estudam, ou já concluíram o ensino médio, conforme observado no Gráfico 4:

Gráfico 4: Frequência das crianças e jovens na escola antes e depois do PBF.



Fonte: Dados da pesquisa(2018).

A maior frequência de jovens e crianças na escola após o recebimento do benefício, representa um dado importante quanto a atuação do estado como promovedor de políticas públicas que possibilite o acesso a direitos fundamentais e melhoria da qualidade de vida das famílias.

No modelo keynesiano, o estado é o ator principal no processo de mudança política, econômica e social. Por meio do estado de bem estar social e de suas premissas os agentes governamentais intervêm através de políticas de modo a condicionar uma melhoria na qualidade de vida da população, assegurando-lhes o acesso a direitos básicos como saúde, educação, previdência e assistência social. Deste modo, através do Bolsa Família, ao mesmo tempo em que a família dispõe de uma fonte de renda para a manutenção de suas necessidades, é conscientizada sobre importância da educação e de levar seus filhos para escola, tornando possível a quebra do ciclo de pobreza familiar, oferecendo as crianças a oportunidade de ter acesso a diversos conhecimentos importantes que podem leva-las a ter uma qualificação profissional, direito que grande parte de seus pais não tiveram.

A frequência das crianças na escola também representa avanços quanto a redução do trabalho infantil, levando em consideração que antes do PBF havia grande incidência de casos de trabalho infantil no Brasil. Nesta perspectiva, foi questionado a coordenadora do PBF no município de Tuparetama-PE, se o programa contribuiu para o aumento da frequência escolar das crianças e redução do trabalho infantil no município, obtendo-se a seguinte resposta:

Sim, pois as crianças devem ter uma frequência de 85%, caso contrário o benefício é bloqueado, neste caso as mães “obrigam” as crianças a frequentarem a escola e ter um bom percentual. Com o auxílio de outros programas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o antigo PETI, as crianças ocupam o horário vago estudando o dia inteiro e não vão trabalhar. No município não há muitos casos de condicionalidades na educação e nem há casos de trabalho infantil.

Com base nas entrevistas com os beneficiários e com a coordenadora do PBF, observou-se que o programa conseguiu gerar efeitos e melhorar o percentual de frequência de crianças na escola; quanto ao trabalho infantil a coordenadora relatou que não é conhecedora de casos no município. Assim como afirma Lynn (1980), as políticas públicas são um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, e esses efeitos refletem diretamente na mudança no estilo de vida das famílias, que embora agora sejam “obrigados” a mandarem as crianças para a escola, percebem a importância que a educação tem para a emancipação de direitos e exercício da cidadania.

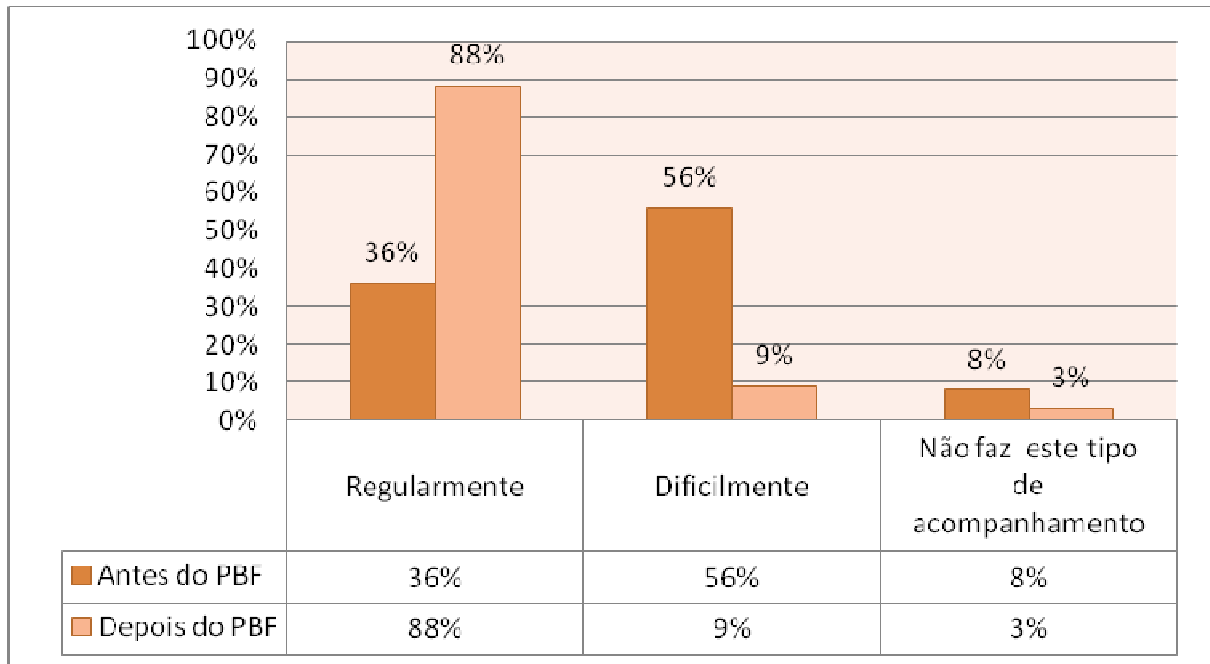
### 3.3 INFLUÊNCIAS DO PBF NA ÁREA DE SAÚDE

O PBF também tem como condicionalidade o acompanhamento das famílias pelas unidades de saúde, de modo a garantir que as crianças tomem as vacinas no tempo certo e tenham o acompanhamento adequado do peso e da altura. O MDS (2018), orienta que além da frequência escolar de 85% para crianças e jovens de 6 a 15 anos, é preciso manter a vacinação em dia, fazer o acompanhamento nutricional das crianças menores de 7 anos e as gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas nas Unidades de Saúde.

Foi questionado as famílias sobre a regularidade deste tipo de acompanhamento antes e depois da família receber o benefício. 36% falaram que faziam regularmente o acompanhamento mesmo antes de receber o benefício; 56% dificilmente faziam; e 8% falaram que não faziam este tipo de acompanhamento. Após a inserção da família no PBF, como condicionante para a manutenção do benefício, houve um aumento da procura pelos serviços de saúde, sendo que 88% fazem o acompanhamento regularmente; 9% dificilmente procuram este tipo de serviço; e 3% falaram que não fazem o acompanhamento da saúde, conforme apresentado no Gráfico 5:



Gráfico 5: Acompanhamento da saúde antes e depois do PBF



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Com o aumento da procura por serviços na área de saúde o PBF conseguiu despertar nas famílias a importância do acompanhamento adequado para desenvolvimento das crianças, bem como a importância do acompanhamento da saúde das gestantes, alcançando assim um de seus objetivos, que é “promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social” de acordo com a Caixa Econômica Federal(2018).

A coordenadora do PBF também foi questionada se as condicionalidades na área de saúde tinham alguma influência para a redução dos índices de mortalidade infantil e surgimento de doenças, respondendo da seguinte forma:

Sim, para que as famílias não entrem em condicionalidades da saúde, todas as crianças de 0 a 7 anos tem que estar com todas as vacinas em dia e com o peso adequado para sua idade, evitando a desnutrição e o sobrepeso. Com as vacinas em dia e com as mães fazendo o Pré-Natal e o acompanhamento com a equipe da saúde o índice de mortalidade é muito baixo, é tanto que o município não fez a adesão do Programa Mãe Coruja que é indicado para municípios com índices elevados de mortalidade infantil.

Ainda de acordo com a coordenadora do PBF, o município de Tuparetama tem um total de 1.070 famílias acompanhadas pela saúde, dessas, no mês de agosto apenas uma sofreu uma advertência e duas famílias tiveram o benefício bloqueado. Assim, entende -se que tanto o município quanto as famílias estão cumprindo seu papel, refletindo na baixa incidência de

casos de descumprimento de condicionalidades do programa. Conforme nos afirma o MDS (2018), se por um lado as famílias, têm que cumprir requisitos na área de saúde e educação para receberem o benefício, por outro as condicionalidades também responsabilizam o poder público para a oferta dos serviços.

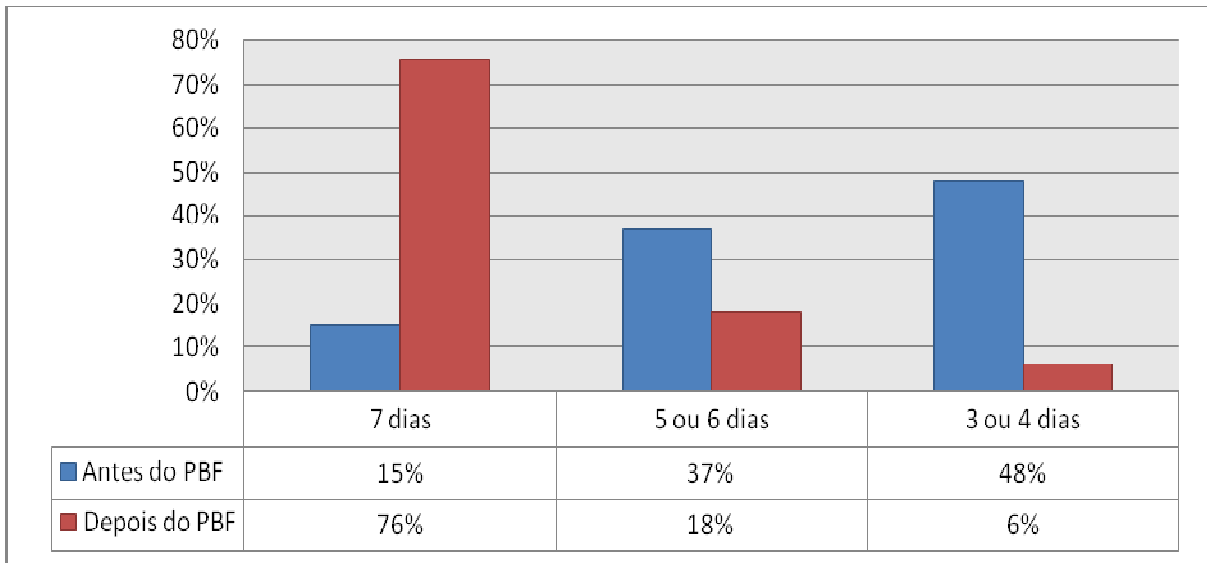
### 3.4 INFLUÊNCIAS DO PBF NA SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS

O Bolsa Família é uma política voltada para o combate a fome e a miséria, tendo como um de seus objetivos garantir a população carente mais acesso a alimentação. Deste modo, Secchi (2013), define Política Pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, e a tipologia de Gustafsson *apud* SECCHI (2013), diz que as políticas públicas variam conforme a intenção dos governantes de implementar a política e a disponibilidade de conhecimentos para sua formulação e implementação. Assim, para verificar se a política está conseguindo resolver o problema da fome, as famílias foram indagadas sobre a frequência com que faziam pelo menos três refeições diárias durante os sete dias da semana.

Das famílias entrevistadas 15% falaram que mesmo antes do PBF faziam três refeições diárias durante os sete dias da semana; 37% responderam que faziam as três refeições apenas de 5 a 6 dias por semana; e 48% declararam que contavam com as três refeições apenas de 3 ou 4 dias por semana.

Quando indagados quanto esta frequência de pelo menos três refeições diárias durante os sete dias da semana depois da inserção da família no programa, a grande maioria 76% disseram fazer três refeições durante os sete dias da semana; 18% dispõem das três refeições de 5 a 6 dias por semana; e 6% declaram que mesmo depois do PBF fazem as três refeições de 3 a 4 dias por semana. Conforme aponta o Gráfico 6:

Gráfico 6: Frequência de três refeições diárias durante os sete dias da semana antes e depois do PBF



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os dados apresentados mostram que o PBF conseguiu melhorar relativamente a frequência com que as famílias beneficiárias do município fazem pelo menos três refeições diárias, que seria café da manhã, almoço e jantar, sendo um dado importante a se considerar, já que um dos objetivos do programa é possibilitar aos beneficiários maior acesso a alimentação. Porém, faz-se necessário observar que mesmo depois do PBF 18% das famílias fazem as três refeições de 5 a 6 dias por semana, e 6% tem as três refeições 3 ou 4 dias por semana. De acordo com Wissheimer:

Embora estejamos ainda longe de uma situação ideal, na qual todas as famílias poderiam se alimentar de forma adequada todos os dias, a comparação entre a situação atual e a anterior ao ingresso no programa mostra impactos positivos expressivos. (2006, p.102).

Deste modo, os policymakers tem o papel fundamental de identificar os problemas públicos de cunho social e buscar formas de fazer políticas eficazes, que atendam aos anseios populares, alcançando o fim para qual foram criadas, conseguindo de fato promover impactos positivos a ponto, a fim de assegurar aos seus cidadãos um patamar mínimo de igualdade social. Conforme nos afirma Coelho (2014), o estado de bem estar social sucede o Estado liberal, intervindo por meio de políticas públicas no mercado a fim de assegurar aos seus cidadãos um patamar mínimo de igualdade social e um padrão mínimo de bem-estar,

tornando-se necessária a efetivação de políticas reais, onde são selecionadas as estratégias e alocados os recursos para que os problemas públicos sejam efetivamente resolvidos.

### 3.5 INFLUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PBF

O programa bolsa família foi instituído com o objetivo de combater a pobreza e extrema pobreza no país. De acordo com Barros *et al* (2001):

A pobreza não pode ser definida de forma única e universal, contudo, pode-se afirmar que a pobreza se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico, possuindo renda *per capita* inferior ao valor suficiente para satisfazer suas necessidades básicas.

Por não conseguirem manter o padrão mínimo de vida condizente com a realidade social, o estado intervém de modo a levar uma renda mínima a estas famílias, dando-lhes o direito e autonomia para utilizarem o benefício de modo a satisfazer suas necessidades básicas, sendo o PBF considerado uma política redistributiva, que de acordo com Lowi *apud* SECHI(2013), concede benefícios concentrados a algumas categorias de atores e custos concentrados sobre outras categorias.

O município de Tuparetama/PE tem 1.576 famílias beneficiárias, que recebem uma média de R\$ 232,12 e no mês de agosto o valor total do benefício repassado as famílias totalizou R\$ 365.827,00. Com vistas a avaliar o impacto do benefício na melhoria da qualidade de vida das famílias e as influências no aquecimento do comércio local, foi perguntado onde as famílias geralmente gastavam o valor recebido e para que fim o benefício era destinado.

Dos entrevistados, 91% responderam que gastavam o benefício no próprio município, enquanto 9% responderam que gastavam em outros municípios. Quando questionados para que fim utilizavam o benefício, 18% disseram utilizar para pagar contas; 8% destinavam o benefício para outros fins; e 74% disseram comprar alimentos com o valor recebido, assim, compreende-se que a política está bem próximo de alcançar um de seus objetivos que é combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, CAIXA (2018), levando em consideração que o valor repassado é utilizado pela maioria das famílias para comprar alimentos.

Diante do comportamento dos beneficiários, buscou-se investigar as influências percebidas pelos comerciantes do ramo de supermercados após a implementação do PBF. Dos

comerciantes entrevistados 46% estão de 6 a 15 anos no mercado; 25% estão de 16 a 30 anos; e 19% estão de 1 a 5 anos atuando neste segmento. A partir do tempo de experiência neste segmento foi questionado se houve influência do programa para o aumento do volume de vendas e o aumento do número de clientes nos estabelecimentos, 50% responderam que aumentou muito depois da implementação do PBF; 31% responderam que aumentou pouco; e ainda 19% responderam que não aumentou. Quando questionados se conseguiriam manter o mesmo volume de vendas que o comércio tem atualmente se o PBF acabasse, 69% responderam que não e 31% responderam que sim. Deste modo, a partir dos dados obtidos por meio das respostas dos comerciantes, compreende-se que o programa exerce uma importante influência no aumento do volume de vendas dos supermercados.

Torna-se importante ressaltar que 91% dos beneficiários gastam o valor recebido no próprio município, sendo aproximadamente R\$ 365.827,00 injetados mensalmente na economia local, impulsionado principalmente o comércio de alimentos, que foi escolhido por 74% dos entrevistados como principal forma de utilização do benefício. Embora não seja uma renda considerada alta, em comparação com aposentadorias, a junção da totalidade de beneficiários fazendo compras, de acordo com o valor do benefício, influencia no volume de vendas dos supermercados e movimenta a economia da cidade, como foi citado por Caldeira (2016), que pelos cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cada R\$ 1,00 investido no Programa estimula um crescimento de R\$ 1,78 na atividade econômica, contribuindo diretamente o crescimento da economia local.

A respeito dos benefícios e dos valores repassados às famílias, foi questionado a coordenadora do PBF se a mesma considera o programa importante para o aquecimento da economia local e geração de emprego e renda na cidade, a mesma respondeu da seguinte forma: “Sim, pois é mais uma fonte de renda na cidade, podendo vir a gerar empregos para os próprios beneficiários, já que maior parte do benefício é gasto aqui no próprio município”. Assim, com o aquecimento da economia local supõe-se maior possibilidade de geração de emprego e renda na cidade como foi citado por Mota (2012, p.245):

A realidade social de milhares de famílias brasileiras tem demonstrado o significado do programa de transferência de renda Bolsa Família – Trata-se de um importante instrumento econômico e político do Estado que interfere na reprodução da força de trabalho ocupada e excedente.

Os comerciantes também foram indagados sobre esta questão, dos entrevistados 87,5% responderam sim, que o PBF é uma política importante para o aquecimento da economia local

e geração de emprego e renda; enquanto 12,5% responderam que o programa não oferecia nenhuma influência quanto à manutenção da economia e geração de emprego e renda, justificando que não tinham clientes beneficiários do programa. Contudo, Pizani e Rego *apud* Santos (2014), esclarecem que a diminuição da pobreza por meio dos programas de transferência de renda não será constante sem a geração de empregos locais e sem crescimento interno.

Quanto à possibilidade de conseguir um emprego formal, os beneficiários entrevistados foram questionados se solicitariam o desligamento voluntário do programa caso alguém da família conseguisse um emprego formal, 69% responderam que abririam mão do programa e 31% responderam que não. Para Brasil (2013), as transferências do Programa Bolsa Família foram responsáveis pela criação e manutenção anual de 807 mil empregos e ocupações na Região Nordeste, o que representa um dado importante quanto a oferta de oportunidades aos beneficiários na inserção no mercado de trabalho e consequentemente sua saída do programa.

Dentre os principais objetivos do PBF está a superação das vulnerabilidades sociais, de modo que as famílias permaneçam por um tempo no programa e tenham condições de se manter sem criar uma dependência com a política. De acordo com dados do MDS entre os anos de 2003 e 2013, 1,69 milhão de famílias deixaram de forma voluntária o PBF, declarando que sua renda já ultrapassava o limite de R\$ 140 per capita, deste modo, supõe-se que as famílias tiveram acesso a um emprego e uma renda que lhe condicionasse a saída do programa, porém, nota-se que muitas famílias ainda apresentam resistência, e mesmo tendo uma renda fixa não abrem mão programa.

Neste sentido, a coordenadora do PBF foi questionada se as famílias de Tuparetama/PE comparecem no setor para solicitar o desligamento do programa quando conseguem um emprego formal, ela respondeu da seguinte forma a indagação:

Dificilmente, mesmo com os beneficiários trabalhando, e com sua renda fixa, fazendo a contribuição previdenciária não solicitam o desligamento voluntário, a não ser que através de processos de averiguação, no ato da atualização a equipe fale das punições aplicadas pelo recebimento indevido do benefício.

Quando questionada se o programa tinge de fato as que realmente precisam, a mesma respondeu:

Sim, atinge as famílias de baixa renda que conseguiram sair da extrema pobreza, porém existem famílias que não tem o perfil e mesmo assim querem receber o

benefício, prejudicando o funcionamento do programa e da gestão, já que as informações são autodeclaratórias.

Estas duas últimas respostas apresentadas são importantes para analisar a importância dos processos de averiguações, uma vez que a gestora relatou que mesmo as famílias dispostas de uma renda formal, dificilmente abrem mão do programa; enquanto outras prestam informações falsas para manter o benefício, gerando assim irregularidades, sendo necessário constantes ações voltadas a fiscalização dos benefícios. Segundo o MDS (2006): A fiscalização, além de atribuição legal dos Gestores, tem o objetivo de garantir a efetividade e a transparência do Programa Bolsa Família e visa assegurar que os benefícios cheguem de fato às famílias que atendem aos critérios do Programa.

Com relação à melhoria da qualidade de vida das famílias depois do recebimento do benefício, dos entrevistados 88% responderam que melhorou muito; 11% responderam que melhorou um pouco; e 2% relataram que continuou da mesma forma. Os comerciantes e a gestora do PBF foram questionados sobre a eficiência do programa no combate a pobreza e extrema pobreza. 89% dos comerciantes consideram o PBF eficiente no combate a pobreza; e apenas 14% não o consideram eficiente. A gestora respondeu que:

Com o PBF muitas famílias conseguiram superar a extrema pobreza, como alguns beneficiários tiveram a oportunidade de garantir e obter alguns cursos profissionalizantes para ajudar na renda da família. A educação saiu do vermelho, pois as famílias ficam preocupadas com as condicionalidades, para evitar que o benefício chegue a três bloqueios e seja cancelado, onde às vezes é a única fonte de renda da família.

Deste modo, entende-se a partir da opinião dos beneficiários, dos comerciantes e dos relatos da gestora a influência do programa para a melhoria da qualidade de vida das famílias, enquanto política que promove maior o acesso à saúde, educação e a uma renda capaz de gerar transformações significativas na realidade das famílias, indo de encontro as premissas do estado de bem estar social, que de acordo com Santos (2014, p.33) pode ser definido:

Como aquele que assume a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando ou regulando fortemente sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo a renda, em caso de desemprego.

O Bolsa Família não limita-se apenas a transferência de recursos para segmentos vulneráveis da sociedade, ele proporciona o desenvolvimento de ações conjuntas com a saúde,

educação e a rede socioassistencial, permitindo que as famílias sejam melhor assistidas e participem de programas complementares que condicionem a superação das vulnerabilidades sociais que as impedem de romper o ciclo de pobreza em que estão inseridas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma avaliação da política pública referente ao Programa Bolsa Família na cidade de Tuparetama/PE, sob a perspectiva do estado de bem-estar social, possibilitando também um aprofundamento das tipologias de políticas públicas.

As políticas públicas têm o papel importante de equilibrar as disparidades advindas do processo de construção social, que ao mesmo tempo que incluiu e promoveu uma melhoria na qualidade de vida de muitas pessoas, excluiu e negou direitos a segmentos mais vulneráveis da sociedade. O Estado enquanto representante social, que preza o zelo pelos interesses comuns a toda sociedade, tem a função de buscar alternativas capazes de promover o estado de bem-estar social para todas as camadas sociais.

O objetivo desse trabalho foi abordar o Estado de Bem-Estar Social, avaliando as influências da Política Pública na cidade de Tuparetama/PE. De modo geral, o PBF pode ser avaliado como eficiente quanto o alcance do estado de bem-estar social no município. Ficou evidenciado que após inserção das famílias no programa houve um relativo aumento da procura por serviços na área de saúde, maior frequência das crianças na escola e as famílias conseguiram aumentar a quantidade de dias em que faziam pelo menos três refeições, bem como declararam uma melhoria significativa da qualidade de vida depois do PBF.

Com a inserção no programa centenas de beneficiários passaram a ter uma renda e autonomia para utilizá-la livremente de acordo com as necessidades da família, sendo grande parte do benefício utilizado para compra de alimentos, que na medida que melhorou a quantidade de refeições que as famílias faziam durante a semana, ao mesmo tempo contribuiu para movimentar a economia da cidade, principalmente no segmento de supermercados, já que constatou-se que a maioria das famílias destinava o benefício para a aquisição de alimentos, e os comerciantes afirmaram ter havido maior volume de vendas e aumento do número de clientes com a implementação do PBF, declarando também que se o programa acabasse dificilmente conseguiriam manter o volume de vendas atual dos supermercados.

Com a inserção de famílias pobres e extremamente pobres no Cadastro Único para programas sociais o estado dispõe de informações importantes sobre o perfil das famílias, podendo vir a desenvolver políticas que atendam a realidade social e promovam maior acesso a direitos fundamentais. Programas como a isenção da tarifa social de energia, cotas em universidades públicas para famílias de baixa renda, Proune, Pronatec e diversas outras políticas contribuem para o desenvolvimento social inclusivo, oferecendo oportunidades

dessas famílias quebrarem o ciclo de pobreza familiar, tornando possível a superação de vulnerabilidades sociais.

O PBF também apresentasse como uma importante política que exerce influências sobre o empoderamento feminino. O programa dar preferência de titularidade dos benefícios às mulheres, por serem elas que conhecem melhor a organização familiar, entende-se que elas saberão administrar o benefício da melhor forma de acordo com as necessidades da família. Ao disporem dessa ajuda financeira as mulheres exercem autonomia para participar de assuntos financeiros da família, desmistificando a ideia de que o marido é o único responsável pela administração das finanças da família.

Um ponto que não apresentou resultados esperados foi quanto à possibilidade de desligamento do programa caso a família tivesse acesso a uma renda formal. Muitos beneficiários acabam criando uma dependência com o programa a ponto de prestarem informações falsas para continuarem recebendo o benefício e são descobertos através de processos de averiguações, ou mesmo por denúncias de outros beneficiários, podendo vir a responderem judicialmente por recebimento indevido do benefício.

As fraudes e recebimentos indevidos precisam ser apurados e punidos com mais severidade, pois essas irregularidades acabam comprometendo a eficiência do programa quanto ao alcance de famílias que realmente tem o perfil e precisam do benefício. Os recebimentos indevidos contribuem para o desvio e mau aplicação do dinheiro público; faz-se necessário investigações e processos de averiguações consistentes, que inibam atitudes oportunistas.

O valor que as famílias recebem contribui para o alívio da extrema pobreza, porém nota-se que estes repasses não são suficientes para que as famílias consigam suprir todas as suas necessidades. Conforme apresentado na pesquisa a maioria dos beneficiários utilizam o valor para a aquisição de alimentos, muito embora seja uma política voltada para o combate a fome as famílias tem outras necessidades básicas que precisam ser supridas de alguma forma, como por exemplo material escolar para as crianças, vestuário, medicamentos, lazer dentre outras demandas que influenciam diretamente na qualidade de vida das famílias.

O PBF também busca a partir de suas condicionalidades promover o maior acesso a saúde e educação, deste modo faz-se necessário a atuação e a oferta desses serviços específicos para que as famílias cumpram com essa exigência e não venham a perder o benefício. Nos casos de descumprimento de condicionalidades a equipe técnica da rede socioassistencial precisa fazer o acompanhamento adequado dessas famílias de modo a contribuir para que a dificuldade enfrentada seja superada. Mas para que isso ocorra é preciso

que esses serviços sejam de fato oferecidos, e que o haja engajamento da equipe de saúde, bem como a equipe de educação e equipe de outras áreas complementares que garantam o acesso das famílias a serviços ligados a essas áreas.

Contudo, os resultados encontrados são importantes para o entendimento mais profundo do impacto da política na vida das famílias, bem como para uma avaliação de aspectos que precisam ser melhorados, possibilitando a eficiência do programa e o alcance de seus objetivos. Enquanto política redistributiva, destinada às camadas mais vulneráveis da sociedade, espera-se que ela consiga alcançar todas as pessoas que dela precisam verdadeiramente, e que a partir dessa política as famílias tenham acesso a uma melhor qualidade de vida e a direitos essenciais para o exercício da cidadania.

Deste modo, espera-se que esta pesquisa possa servir de base para estudos similares, tanto na cidade de Tuparetama/PE como em outras cidades beneficiadas pelo PBF, de modo a fazer uma análise mais ampliada acerca das políticas públicas, já que esta pesquisa teve a limitação de uma amostra não probabilística. Destarte, esperasse que ela sirva de exploração para novos estudos acadêmicos, bem como a sociedade, de modo a possibilitar uma melhor compreensão da funcionalidade das políticas públicas e das influências que essas exercem sobre a melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

## REFERÊNCIAS

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais** 5 ed. UFSC, 2002.

BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; Mendonça, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA 2001.

BRASIL, Portal da Transparência. **Bolsa Família repassa R\$ 2,4 bi para 13,5 milhões de famílias** Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/11/bolsa-familia-repassa-r-2-4-bi-para-13-5-milhoes-de-familias>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_, Portal da Transparência. **Fome cai 82% no Brasil, destaca relatório da ONU**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/fome-cai-82-no-brasil-destaca-relatorio-da-onu>>. Acesso em 21 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_, Portal da Transparência. **Saiba como o Bolsa Família ajudou a mudar o Brasil**. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/como-o-bolsa-familia-ajudou-a-mudar-o-brasil>>. Acesso em:26 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_, Portal da Transparência. **Cerca de 46,6 milhões de brasileiros são beneficiados pelo Bolsa Família**. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/05/cerca-de-46-6-milhoes-de-brasileiros-sao-beneficiados-pelo-bolsa-familia>>. Acesso em:01 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, Portal da Transparência. **Taxa de desemprego recua 5,3% no segundo trimestre, aponta IBGE**. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/noticias/emprego-e-previdencia/2018/07/taxa-de-desemprego-recua-5-3-no-segundo-trimestre-aponta-ibge>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, Portal da Transparência. **Brasil cria mais de 47 mil empregos com carteira assinada em julho**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/08/brasil-cria-mais-de-47-mil-empregos-com-carteira-assinada-em-julho>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, Portal da Transparência. **PIB volta a crescer em todas as regiões do País**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/pib-volta-a-crescer-em-todas-as-regioes-do-pais>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, Portal da Transparência. **A importância do setor terciário**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-servicos/a-secretaria-de-comercio-e-servicos-scs/402-a-importancia-do-setor-terciario>>. Acesso em 07 setembro de 2018.

Boletim Regional do Banco Central do Brasil. **Região Nordeste**. Disponível em :< <https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2018/04/br201804c2p.pdf>>. Acesso em:01 outubro de 2018.

BORGES, M. HOPPEN, N.; LUCE, F. B. Information technology impact on market orientation in e-business. *Journal of Business Research*, v. 62, p. 883-890, 2009.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **O que é o Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 02 de outubro de 2018.

CALDEIRA, João Paulo. **Como o Bolsa Família beneficia a economia do país.** Disponível em: <<https://jornalgn.com.br/noticia/como-o-bolsa-familia-beneficia-a-economia-do-pais>>. Acesso em 31 de agosto de 2018.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Ipea, 2013. 494 p. : gráf., mapas.

COBRA, Marcos. **Serviços: como construir valor para o cliente.** Marcos Cobra- São Paulo 2004.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Brasil registra alta na mortalidade infantil pela 1ª vez desde 1990.** Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/brasil-registra-alta-na-mortalidade-infantil-pela-1a-vez-desde-1990\\_64307.html](http://www.cofen.gov.br/brasil-registra-alta-na-mortalidade-infantil-pela-1a-vez-desde-1990_64307.html)>. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

CONDEPE. **Recuperação contínua e PIB estadual cresce 1,9% no trimestre.** Disponível em: <[http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_1\\_id=29859721&folderId=143255&name=DLFE-292901.pdf](http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_1_id=29859721&folderId=143255&name=DLFE-292901.pdf)>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, governo e mercado / Ricardo Corrêa Coelho.** – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 114p. : il.

COTTA, T. C.; PAIVA, L. H. **O Programa Bolsa Família e a proteção social no Brasil.** In: CASTRO, J. A; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: Ipea, 2010.

CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez. **Realocação espacial da agricultura no âmbito de microrregiões: Pernambuco, 1990 e 2004.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2007.

D'ARAÚJO, M.C. **A Era Vargas.** São Paulo: Moderna, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** v. 1. Porto Alegre: Globo, 1979.

FARIAS, Luciana. **A História da Política Social no Brasil.** Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-historia-da-politica-social-no-brasil68950/>>. Acesso em 21 de junho de 2018.

FREITAS, Maria Raquel Lino de. **Desenvolvimento e Políticas Sociais no Brasil Considerações sobre as Tendências de Universalização e de Focalização.** In.: **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. 2005.** Disponível em: <<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco10.pdf>> Acesso em: 21 junho de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

**IBGE. PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017.** Disponível em: <

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html> >. Acesso em 03 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. PNAD Contínua tri: taxa de subutilização da força de trabalho é de 24,6% no segundo trimestre de 2018. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22218-pnad-continua-tri-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-24-6-no-segundo-trimestre-de-2018>>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **PIB varia 0,2% no 2º trimestre de 2018.** Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22403-pib-varia-0-2-no-2-trimestre-de-2018>>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza> >. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais 2002.** Disponível em: < <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Humano.** Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/tuparetama/pesquisa/37/30255>>. Acesso em 03 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **PIB avança 1,0% em 2017 e fecha ano em R\$ 6,6 trilhões.** Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20166-pib-avanca-1-0-em-2017-e-fecha-ano-em-r-6-6-trilhoes.html> >. Acesso em 03 de agosto de 2018.

IFPE. **Observatório Socioeconômico Tuparetama.** Disponível em:< [https://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prodi/observatorio/microrregiao\\_pajeu/tuparetama.pdf](https://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prodi/observatorio/microrregiao_pajeu/tuparetama.pdf) >. Acesso em 08 de setembro de 2018.

INSTITUTO LULA. **Cada R\$ 1,00 investido no BF gera R\$ 1,78 para a economia brasileira.** Disponível em: < <http://www.brasildamudanca.com.br/bolsa-familia/impacto-economico> >. Acesso em 31 de agosto de 2018.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.** Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MARIA, Tânia. **A história das políticas sociais no Brasil e seus grandes acontecimentos.** Disponível em: < <http://taniamaraugusto.blogspot.com/2011/09/historia-das-politicas-sociais-no.html> >. Acessado em: 22 de junho de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MEAD, L. M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MDS. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 14 de agosto de 2018

\_\_\_\_\_. **Beneficiários do Bolsa Família começam a receber reajuste no pagamento deste mês**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/julho/beneficiarios-do-bolsa-familia-comecam-a-receber-reajuste-no-pagamento-deste-mes>>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Bolsa Família reduz índices de pobreza e é referência internacional**. Disponível em : <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/outubro/bolsa-familia-reduz-indices-de-pobreza-e-e-referencia-internacional>>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. Nota à imprensa sobre o IDH do Brasil. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/setembro/nota-a-imprensa-sobre-o-idh-do-brasil>>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Atividades de fiscalização devem ser consideradas rotina na implementação do Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Informes/Informe%2055.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/Informe%2055.pdf)>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **MDS em números**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNvZXMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL2dlcmFyL2luZGV4LnBocA==&def=v>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Beneficiários precisam ficar atentos às condicionalidades do Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/agosto/beneficiarios-precisam-ficar-atentos-as-condicionalidades-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. **Repressão política e usos da constituição no governo Vargas (1935- 1937): a segurança nacional e o combate ao comunismo**. Brasília-2011.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. – 2ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

ONU. **Desigualdades raciais no Brasil comprometem oportunidades de trabalho e desenvolvimento humano**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/desigualdades-raciais-no-brasil-comprometem-oportunidades-de-trabalho-e-desenvolvimento-humano/>>. Acesso em 03 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Em média, 1% mais rico concentra 24% da renda no Brasil desde 1926.**

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/em-media-1-mais-rico-concentra-24-da-renda-no-brasil-desde-1926/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

PATTON, M. G. *Qualitative Research and Evaluation Methods*, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Medida Provisória no 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências**. Brasília, 2003.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

SAGI, Relatórios de Informações Sociais. **Bolsa Família no seu município**. Disponível em: <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega\\_pdf.php?rel=pbf\\_no\\_estado\\_resumido](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=pbf_no_estado_resumido)>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

SANTOS FILHO, Sergio Medeiros dos. **Avaliação de Políticas Públicas – uma análise do Programa Bolsa Família no Município de Patos – PB**. UEPB, 2014, 65 p.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos** / Maria Paula Gomes dos Santos. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília : CAPES : UAB, 2014.

SEBRAE. **Cenário Econômico das MPEs em Pernambuco**. Disponível em:<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/Boletim%20Econ%C3%B4mico%20-%20Julho%202014.pdf>>. Acesso em 09 de setembro de 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas e análise, casos práticos**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SENARC. **Redes de ensino registram a frequência de aproximadamente 90% dos alunos acompanhados pelo Bolsa Família**. Disponível em:< [http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_bolsa\\_familia/2018/junho/07062018\\_boletim\\_BFInforma.html](http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_bolsa_familia/2018/junho/07062018_boletim_BFInforma.html)>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

SILVA, E. L. Menezes, E. M. (2001), **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Florianópolis**, Ed. 3, Florianópolis, SC.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, vol. 12 nº 6 – Rio de Janeiro Nov./Dec. 2007

SUDENE. **Boletim Temático Econômico, produto interno bruto regional (2005 a 2015)**. Disponível em:<[www.sudene.gov.br/images/arquivos/planejamento/odne/.../boletimPIB20052015.pdf](http://www.sudene.gov.br/images/arquivos/planejamento/odne/.../boletimPIB20052015.pdf)>. Acesso em: 27 de setembro de 2018.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2. ed -2010.



VARGAS, Emiliania. **Os discursos de Vargas e as Políticas Sociais no Brasil de 1930 a 1940.** Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89631/262173.pdf?sequence=1>>. Acesso em 21 de junho de 2018.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo- Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM BNEFICIÁRIOS DO PBF

1 - Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

2 - Idade

( ) Entre 16 e 26

( ) Entre 27 e 36

( ) Entre 37 e 46

( ) 47 anos ou mais

3 - Grau de instrução:

( ) Fundamental completo

( ) Fundamental incompleto

( ) Médio incompleto

( ) Médio completo

( ) Não alfabetizado(a)

4 - Estado civil:

( ) Casado(a)

( ) Solteiro(a)

( ) União estável (a)

( ) Divorciado (a)

5 - A casa onde sua família mora é: Própria ( ) Alugada ( ) Cedida ( )

6 - A sua residência está localizada na: Zona Rural ( ) Zona Urbana ( )

7 - Quantas pessoas e famílias moram na residência:

( ) 1 a 3 pessoas

( ) 4 a 7 pessoas

( ) 8 pessoas ou mais

8 - Tem filhos na escola?

( ) Sim

( ) Não

Não tem filhos

Não, já concluíram os estudos

9 - Quantos filhos estão na escola:

1 a 2

3 a 4

5 a 6

7 ou mais

10 - A quanto tempo a família é beneficiária do PBF

Menos de 1 ano

1 a 5 anos

5 a 10 anos

10 a 15 anos

11 - Qual o valor o benefício que a família recebe?

R\$ 41,00 a R\$ 89,00

R\$ 89,01 a R\$ 200,00

R\$ 200,01 a R\$ 350,00

R\$ 350,01 ou mais

12 - Geralmente para que é destinado o valor recebido pela família?

Compra de alimentos

Compra de roupas

Pagamentos de contas

Outros

13 - Onde geralmente é gasto o valor recebido?

No município

Em outros municípios

14 - Antes de ser beneficiária do programa, com que frequência a família costumava fazer pelo menos três refeições diárias?

7 dias

5 ou 6 dias

3 ou 4 dias

2 dias ou menos

15 - Depois de ser beneficiária do programa, com que frequência a família costuma fazer pelo menos três refeições diárias?

- 7 dias
- 5 ou 6 dias
- 3 ou 4 dias
- 2 dias ou menos

16 - Com que frequência, antes de receber o PBF a família procurava as unidades de saúde para medir, pesar e vacinar as crianças:

- Regularmente
- Dificilmente
- Não fazia este tipo de acompanhamento

17 - Com que frequência, depois de receber o PBF a família procura as unidades de saúde para medir, pesar e vacinar as crianças:

- Regularmente
- Dificilmente
- Não faz este tipo de acompanhamento

18 - Com qual frequência as crianças de sua família iam a escola antes do PBF?

- Nunca faltavam
- Sempre faltavam
- Não estudavam ou já concluíram o ensino médio

19 - Com qual frequência as crianças de sua família vão a escola depois do PBF?

- Nunca faltam
- Sempre faltavam
- Não estudam ou já concluíram o ensino médio

20 - Se alguém da sua família tivesse a oportunidade de conseguir emprego formal, sua família abriria mão do Bolsa Família?

- Sim
- Não
- Ninguém da minha família pretende trabalhar

21 - Como você avalia a situação financeira de sua família depois de receber o Bolsa Família:

- Melhorou muito
- Melhorou pouco

- Continua da mesma forma
- Piorou

## **APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM COMERCIANTES DO RAMO DE SUPERMERCADOS**

1 - A quanto tempo atua neste segmento?

- De 1 a 5 anos
- De 6 a 15 anos
- De 16 a 30 anos
- Mais de 30 anos

2 - Com relação às políticas públicas de transferência de renda como o Bolsa Família, na sua opinião, essas políticas têm alguma influência para o aquecimento da economia local e a geração de emprego e renda?

- Sim
- Não

3 - Ao longo de sua experiência no ramo onde atua, como você avalia o poder aquisitivo da população e o volume de vendas no seu comércio depois da implementação do Bolsa Família? Houve um aumento do número de clientes?

- Aumentou muito
- Aumentou pouco
- Não aumentou

4 - Você considera o Bolsa Família importante para o desenvolvimento, crescimento e manutenção da economia local?

- Sim
- Não

5 - Você considera o Bolsa Família uma política eficiente no combate a pobreza e extrema pobreza no país?

- Sim
- Não
- Relativamente

6 - Com relação ao perfil de seus clientes, você considera que grande parte tem renda proveniente de:

- Aposentadoria e benefícios vinculados ao INSS
- Bolsa Família
- Emprego Formal
- Emprego Informal
- Outras fontes de remuneração

7- Se o Bolsa Família acabasse hoje, você acredita que conseguiria manter o volume de vendas que seu comércio tem atualmente?

- Sim
- Não

### **APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A COORDENADORA DO PBF EM TUPARETAMA/PE**

1- Sabe-se que o Bolsa Família foi instituído com o objetivo de levar uma renda mínima a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Neste sentido na sua opinião o programa atinge de fato as pessoas que realmente precisam? Justifique.

2- Quando as famílias conseguem um emprego formal comparecem no setor par solicitarem o desligamento do programa?

3- Uma das condicionalidade do PBF é que as famílias mantenham um bom percentual de frequência escolar das crianças, neste sentido você acredita que o bolsa família tem contribuído para o aumento do número de crianças na escola e diminuição do trabalho infantil no município?

4- No que se refere ao acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF pelos serviços oferecidos na área de saúde, enquanto outra condicionalidade do programa, na sua opinião, esta condicionalidade tem alguma influência quanto a redução dos índices de mortalidade infantil e surgimento de doenças?

5- Levando em consideração o número de beneficiários e os valores repassados às família, você considera o Bolsa Família importante para o aquecimento da economia e promoção da geração de emprego e renda no município? Justifique.

6- Você considera o PBF importante para o combate a pobreza e extrema pobreza no município?